

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MICHELE DE JESUS CARDOSO

**REFLEXÕES ACERCA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
UM ESTUDO SOBRE O AUXÍLIO MORADIA EM UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO NORDESTE.**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
DA BAHIA**

**SALVADOR, BA
2017**

MICHELE DE JESUS CARDOSO

**REFLEXÕES ACERCA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
UM ESTUDO SOBRE O AUXÍLIO MORADIA EM UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO NORDESTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosamélia Ferreira
Guimarães

Salvador
2017

MICHELE DE JESUS CARDOSO

**REFLEXÕES ACERCA DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: UM
ESTUDO SOBRE O AUXÍLIO MORADIA EM UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO NORDESTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Aprovado em 29 de março de 2017.

Prof.^a Dr.^a Rosamélia Guimarães – Orientadora _____
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Universidade Federal da Bahia.

Prof.^a Dr.^a Valéria dos Santos Noronha Miranda – Examinadora _____
Pós-doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro.
Universidade Federal da Bahia.

Ms. Verônica de Lima Vidal Mota – Examinadora _____
Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade pela Universidade Federal da Bahia.
Universidade Federal da Bahia.

AGRADECIMENTOS

Tantas pessoas contribuíram de formas incríveis para a realização desse sonho que esses agradecimentos não expressam minha real gratidão a todos.

Primeiramente quero agradecer a meus pais Maria da Conceição e Roque, que lutaram durante anos para que eu pudesse me dedicar aos estudos e posteriormente ao Serviço Social, e deixaram a si próprios em inúmeros momentos para que eu tivesse essa oportunidade.

De forma especial a meu companheiro Filipe Santos, que durante esses quatro anos esteve ao meu lado e compreendeu de forma única todas as fases desse processo e me auxiliou em todas elas. Alguém que teve paciência, amor e dedicação para comigo.

À Dr.^o Lúcio Ricardo e Paulo Oliveira, que me apoiaram durante todos esses anos e dedicaram tempo para que esse projeto de vida se realizasse.

Um agradecimento especial a Mércia Nascimento, que esteve comigo em todos os momentos, tanto acadêmicos quanto na vida. Tenho certeza que é alguém que levarei para além das paredes da Universidade.

Aos meus familiares que de alguma forma me auxiliaram para que esse sonho se realizasse.

À minha orientadora Rosamélia Guimarães, que de forma tão especial contribuiu, me orientou e se propôs a se aproximar junto a mim ao meu objeto de pesquisa.

Também a minha supervisora de campo Verônica Vidal, que contribuiu de forma tão doce e inteligente em todo meu processo de formação, as percepções, as intervenções e na minha decisão pelo projeto de intervenção e conseqüentemente a este trabalho.

Muito obrigada a todos!

CARDOSO, Michele de Jesus. Reflexões acerca da permanência estudantil: um estudo sobre o auxílio moradia em universidades federais do nordeste. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é verificar e analisar os indicadores sociais, utilizados por algumas das universidades federais da região nordeste do Brasil, para concessão do Programa Auxílio moradia, que consiste em uma das ações voltadas para a permanência de discentes em situação de vulnerabilidade, estabelecidas pelo Decreto 7.234 de 2010 — PNAES, deste modo, optamos pela pesquisa documental. Foram selecionadas quatro universidades federais da região nordeste, para fazer parte do universo pesquisado, foram elas: UFBA, UFPB, UFMA e UFPI. Destas instituições foram analisados os formulários/questionários socioeconômicos, editais para bolsas e auxílios previstos pelo PNAES e relatórios de gestão e estatísticos de cada universidade selecionada. Os resultados obtidos revelaram que as universidades da região nordeste do Brasil, utilizam-se de indicadores sociais semelhantes, com poucas particularidades, expressando assim a conformidade das condições de vida dos discentes que são beneficiários do auxílio moradia na região.

Palavras chaves: Ensino superior. Assistência estudantil. Indicadores sociais.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Pró-Reitorias específicas de assistência estudantil das universidades federais do nordeste – ano 2016.....	54
Quadro 2	Distribuição do auxílio moradia das universidades federais da região nordeste, conforme edital, valor e número de discentes beneficiários.....	55
Quadro 3	Critérios para concessão do auxílio moradia das Universidades Federais da região nordeste – ano base 2016.....	56
Quadro 4	Critérios para permanência do auxílio moradia das universidades federais do nordeste – ano base 2016.....	58
Quadro 5	Indicadores sociais utilizados pelas IFES da região do nordeste para avaliação socioeconômica.....	59
Quadro 6	Análise dos indicadores sociais das maiores universidades da região nordeste.....	62
Quadro 7	Análise dos indicadores sociais entre das menores universidades da região nordeste.....	63
Quadro 8	Análise dos indicadores sociais da maior e menor universidades federais da região nordeste.....	64

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ANDep	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação
ANDES	Associação de Docentes do Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
CF	Constituição Federal
CNTE	Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
EAD	Educação a Distância
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
GDE	Programa de gratificação e estímulo à Docência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MESP	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEP	Programa de Ensino Profissionalizante
PL	Projeto de Lei
PME	Programa de Mobilidade Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAEST	Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPE	Secretaria de Política Econômica
UDF	Universidade do Distrito Federal

UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	18
2.1 A instituição do ensino superior no Brasil.....	18
2.2 Da década de 1980 à década de 2000	30
3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	38
3.1 O histórico da assistência estudantil	38
3.2 A Segunda fase da assistência estudantil no Brasil	43
4 AUXÍLIO MORADIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE: RESULTADOS	52
4.1 Percurso metodológico.....	52
4.2. Resultados da Pesquisa	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXO A – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO UFBA	81
ANEXO B – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO UFMA	86
ANEXO C – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO UFPI	94
ANEXO D – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO UFPB	102

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado, Reflexões acerca da Permanência estudantil: um estudo sobre o Auxílio Moradia em Universidades Federais do Nordeste tem como indagação central os indicadores sociais como medidores de inclusão no programa de Moradia Estudantil. Assunto, este relevante para as Ciências Humanas e Sociais e decerto para o Serviço Social.

Nosso estudo tem como principais objetivos verificar quais indicadores sociais são utilizados em algumas universidades federais da região nordeste do Brasil para a concessão do auxílio moradia, e analisar estes indicadores, para aferir se as instituições nordestinas utilizam-se de indicadores comuns ou se esses indicadores são distintos.

O interesse pelo tema se deu durante o período de estágio supervisionado, na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Durante esse período, foi identificada uma fragilidade na permanência dos estudantes pobres na universidade, apesar dos inúmeros esforços realizados aos longos dos anos, no sentido de proporcionar aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica¹, melhores condições de prosseguimento de seus cursos, para evitar assim a evasão escolar no nível superior da educação.

Portanto minha indagação surgiu, pela observação do alto índice de procura dos discentes pelo auxílio moradia, tanto de estudantes do interior, como naturais de Salvador², e suas condições de vida, principalmente as habitacionais, o que me despertou o interesse de aprofundar os estudos no momento da monografia.

No processo surgiram diversas inquietações, e apontaram a importância de avaliar e levar ao conhecimento da Universidade e dos próprios profissionais da

¹ MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Org.). INDICADORES PARA DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DO SUAS E DO BSM. Rio Grande do Sul: CEGOV, 2014. Compreenderemos neste trabalho como vulnerabilidade social, o conceito utilizado pelo extinto Ministério de Desenvolvimento de Combate à Fome (MDS, 2014). Assim, vulnerabilidade social compreende: “situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos – situações essas que têm origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas.” (MDS, 2014, p. 77).

² Cidade onde se localiza originalmente a instituição.

instituição a permanência dos discentes nos cursos de graduação através da assistência estudantil, com enfoque no auxílio moradia.

Em consequência dessa debilidade, muitos discentes perduram com dificuldades durante o curso na universidade, como aponta pesquisa realizada em 2011, pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

É indiscutível em meio acadêmico, que a verba destinada ao programa de assistência estudantil, não acompanha o crescente número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que adentra o ensino superior anualmente, já que existem programas para ampliação do número de vagas destinadas a esses estudantes, como é o caso do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e o Sistema de Cotas, que proporcionaram o ingresso de uma parcela da população brasileira nas universidades, que até então não tinham acesso a esse espaço.

No decorrer deste meu processo de aprendizagem durante o estágio, elaboramos um projeto de intervenção que incluiu indicadores sociais e critérios de avaliação para obtenção de bolsas e auxílios mantidos pela assistência estudantil, desenvolvidos pelas universidades federais do Brasil. Desta forma ficou claro a minha aproximação com esta temática.

O aludido projeto pretendia chamar a atenção para os editais e formas que as outras universidades federais, lidam com a assistência estudantil e quais os critérios são avaliados durante o processo de deferimento das bolsas e/ou auxílios, para discussão institucional, aprimoramento do edital da UFBA, e criação de uma matriz com possíveis critérios para o estudo socioeconômico³. Em consequência desses fatores, me inclinei a desenvolver neste trabalho, um propósito semelhante, todavia voltado ao auxílio moradia, que foi o benefício em que estive envolvida durante o estágio curricular.

³ FÁVERO, E.T.O. Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social. São Paulo: Cortez, p. 9-47, 2004). O estudo socioeconômico, segundo Mioto (2009), tem “por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional — especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais” (FÁVERO, 2004, p. 42).

Segundo Coelho (2012), é indissociável, a conjuntura do país (política, economicamente e social), de questões como a que vamos trabalhar aqui, visto que tais ações podem contribuir ou dificultar o acesso da população a direitos construídos constitucionalmente, principalmente quando estes são destituídos. Podemos compreender assim, que as ações do Estado, rebatem diretamente em sua população, principalmente em sua parcela mais pobre⁴.

Atualmente, enfrentamos uma série de retrocessos no Brasil. O cenário político instável e conflituoso, com altos índices de corrupção, o tão recente impeachment da presidente eleita, protestos, prisão de políticos, delações premiadas, e manobras para a aprovação de Projetos de Lei (PL) e Propostas de Emenda Constitucional (PEC), que favorecem o livre comércio e a desvalorização do trabalhador, demonstram o difícil momento histórico vivido pela população mais pobre do país, que depende de políticas públicas e intervenções do Estado para sua sobrevivência. Esse quadro tem contribuído de forma positiva para intervenções conservadoras e cortes por parte do atual governo, com o intuito de fomentar o mercado e inibir os altos índices de inflação que rondam a economia brasileira.

Desde 2011, foram realizados, segundo Carleial (2015), inúmeros cortes em políticas públicas e sociais de grande porte, e não foi diferente com a educação, que nos últimos três anos sofre com cortes bilionários, e tem previsão de ter até 45% de sua verba reduzida para 2017⁵. Nesse sentido, as políticas públicas tomaram centralidade no debate político, apontando assim, como dito anteriormente, o quanto as ações estatais tem impactos no cotidiano da população de forma direta, e como o profissional de Serviço Social deve estar antenado a esse debate, já que o mesmo tem sua prática profissional envolvida tanto na gestão quanto na execução das políticas sociais.

O ensino superior no Brasil se desenvolveu a partir da implementação da primeira faculdade, ainda no período imperial, desde seu nascimento, o ensino

⁴ Segundo o MDS, ““Pobres” são aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo excluídos em graus diferenciados da riqueza social.” (MDS, 2014, p. 09).

⁵ Esses cortes prejudicam a infraestrutura das universidades, bem como sua manutenção. No caso específico da UFBA, além desses prejuízos, há a possibilidade de redução de 2,7% nos programas de assistência estudantil.

Fonte: <https://www.ufba.br/noticias/redu%C3%A7%C3%A3o-do-or%C3%A7amento-compromete-universidades-federais>

superior se mostra pautado em um viés tecnicista e acessado apenas pela classe abastada da sociedade. Embora atualmente as universidades possuam um perfil diferente de estudantes, do que no período imperial, ainda é visível às dificuldades encontradas pelos discentes que advém da camada social mais pobre da sociedade.

Existe um alto número de pessoas no Brasil sem proteção social, conseqüentemente não possuem acesso à educação superior, por muitas vezes, sequer a educação básica. A desigualdade social no Brasil é uma das mais altas do mundo, de acordo com a Secretaria de Política Econômica (SPE), (2016), apesar dos avanços registrados entre os anos de 2004 a 2014, o país ainda possui altos níveis de desigualdades sociais se comparado a outros países com o mesmo nível de desenvolvimento econômico e social, sendo atualmente o Índice Gini⁶ do Brasil 0,490.

O sistema capitalista constitui o principal fator para que esses indivíduos continuem em situação de vulnerabilidade, isso impacta diretamente na sua formação profissional e cultural, visto que tais pessoas têm maiores dificuldades para ingressar em espaços comumente acessados por indivíduos de uma classe social com mais privilégios, ou melhor, com privilégios, já que aqueles que estão em situação de pobreza não podem ser considerados indivíduos com privilégios sociais.

É indiscutível, no ponto de vista de Silveira (2012) que ainda existe desigualdade na forma de ingresso nas universidades públicas no Brasil, e atualmente ainda há uma imensa discussão sobre as ações do Estado para tentar igualar o ingresso dos grupos historicamente excluídos desses espaços. Ao contrário do que muitos acreditam essas ações de equiparar os grupos privilegiados e os grupos que anteriormente não acessavam determinados espaços na sociedade, não prejudica de forma alguma os membros do primeiro grupo.

Salienta-se que a inclusão social nas universidades se configura em quatro eixos: a preparação, o acesso, a permanência, e a pós-permanência. O primeiro eixo, com intervenções voltadas ao ingresso de jovens em cursinhos preparatórios

⁶ IPEA (Org.). O que é? - Índice de Gini. 2004. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), (2004), O Índice de Gini é: “[...] um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um” (IPEA, 2004, p. 01).

voltados a este público, com o objetivo de propiciar o futuro ingresso à universidade, o segundo eixo com ações como o Sistema de Cotas, que procura oportunizar o acesso de estudantes negros, indígenas, advindos da rede pública de ensino e discentes com renda de até um salário mínimo e meio, o terceiro que se configura com a implantação de várias propostas cujas ações estabelecidas são nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico e o quarto com apoio para ingresso no mercado de trabalho e/ou continuidade dos estudos. Desta forma a assistência estudantil se viabiliza com ações voltadas ao terceiro eixo de inclusão social, ou seja, ações direcionadas à permanência de jovens pertencentes a grupos sociais, étnicos ou raciais que são historicamente excluídos desse espaço.

A assistência estudantil atualmente está estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que dispõe em seu Art. 3º que “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (BRASIL, 1996, p. 01), mas adiante a mesma Lei, estipula em seu Art.º 21, a educação escolar⁷ como: educação básica, que é composta pelos níveis infantil, fundamental, médio e superior (BRASIL, 1996). Tal assistência aos discentes é regida pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁸ que é estabelecido pelo Decreto 7.234/2010, aprovado no último ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, o Programa estabelece ações que devem ser executadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a fim de contribuir com a permanência de discentes em situação de vulnerabilidade. As universidades federais recebem anualmente investimentos governamentais para a aplicação dessas ações e devem além de executar tais ações, avaliar o Programa.

Para a inclusão de discentes na assistência estudantil, é necessária a definição de parâmetros. O PNAES estabelece como critério principal que o núcleo

⁷ O termo educação escolar, contudo, ainda que seja mencionada na Lei, não é comumente usado para referir-se ao ensino superior, o que pode confundir alguns leitores. Em textos que explanam sobre a assistência estudantil ou as universidades, utilizam-se do termo ensino superior e não educação escolar.

⁸Embora inúmeros textos tragam o PNAES como plano, e outros tantos o colocam como programa no Decreto 7.234/2010, o PNAES é tratado como programa, e é assim que nos referenciamos a ele durante todo o trabalho, já que não foi encontrado em nenhum local alguma emenda que expusesse o PNAES, como plano. Entretanto o MEC (Ministério da Educação), em seu site, atribui ao PNAES o status de Plano Nacional de Assistência Estudantil.

familiar ao qual o estudante faz parte, possua renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, o Programa também estabelece que demais critérios e a metodologia para acesso as ações da assistência estudantil devem ser estabelecidos pelas universidades, assim cada IFES tem autonomia para determinar os parâmetros para acesso do discente aos auxílios/bolsas destinados a assistência.

Esses critérios são associados a indicadores socioeconômicos para que assim, através da realização de um estudo socioeconômico seja possível aferir com maior aprofundamento a situação de vulnerabilidade do discente inscrito nos editais. Assim neste estudo nos apropriamos do conceito de Jannuzzi (2006), para definir indicador social. O autor define indicador social como:

[...] medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2006, p.15).

Assim, os indicadores sociais são medidas quantitativas que expressam a operacionalização de uma demanda ou de um conceito abstrato. Muitas vezes, vemos esses indicadores expressos em porcentagens ou gráficos que demonstram e/ou operalizam determinadas expressões da realidade, como os índices de morte materna, índice de desemprego, índice de discentes que ingressam na universidade por meio das cotas (raciais, sociais e/ou escola pública), o índice de evasão escolar/universitária, entre outros.

Desse modo os indicadores sociais são extremamente importantes para avaliar e formular políticas públicas, sociais e programas, já que é através desses indicadores que será possível, “medir”, as demandas da realidade social. Ainda que os indicadores sociais sejam importantes, tanto para formulação quanto para o monitoramento de políticas e programas, esses indicadores não abrangem toda a complexidade da realidade e seus contínuos movimentos, e seria incompreensível acreditar que números pudessem abarcar a realidade em sua totalidade, já que existem inúmeros fatores que contribuem para que esses números apareçam nas pesquisas.

Todavia, não devemos desprezá-los de todo modo, indicadores sociais vindo de fontes confiáveis e sendo sempre criados, recriados e reavaliados, podem chegar próximo da realidade a que se pretende analisar, ainda que não consigam expressar toda sua complexidade, estes podem auxiliar em sua compreensão. O que não é desejável que ocorra, é o desprezo tanto dos indicadores, como da teoria, ambas são necessárias e indispensáveis, para que não ocorra uma “má” interpretação de tais dados. Os indicadores podem ser expressos como a ligação entre a experiência empírica e a teoria, como Jannuzzi (2006) diz a seguir:

Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o Indicador Social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (JANNUZZI, 2006, p. 15).

Ainda conforme Jannuzzi (2006):

[...] é importante ressaltar é que os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividade de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas do governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2006, p. 15).

Nessa perspectiva, o autor debate sobre a confusão entre os indicadores sociais e as estatísticas públicas que muitas vezes ocorre academicamente. Jannuzzi (2006) define as estatísticas públicas como quantificações sem qualquer ou pouca interferência da Teoria Social⁹, assim são números que expressam de forma bruta os dados da realidade, sem muito compromisso em dialogar com a

⁹ NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. p. 668-699. Jannuzzi em seu livro: Indicadores Sociais no Brasil, não traz qual sua concepção de Teoria Social, todavia aqui, adotamos a concepção de teoria defendida por Marx, que concebe teoria como: *a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (NETTO, 2009, p. 673) (itálicos do autor). Assim, Marx entende a teoria como uma reprodução idealizada da realidade de um objeto pesquisado.

teoria. Já o indicador social é uma medida operacional com significado social, que permite monitorar a vida social por parte do Estado ou da sociedade civil.

Os indicadores sociais usualmente são classificados de acordo com sua área temática, como indicadores de saúde, educação, segurança pública, etc. Todavia o autor também os classifica como indicadores objetivos e subjetivos, sendo os objetivos, adquiridos através de estatísticas públicas e amparados na empiria, e os subjetivos, são os indicadores construídos a partir de avaliações públicas, advindas de pesquisas de opinião pública ou da avaliação de especialistas sobre determinado tema da realidade (Jannuzzi, 2005).

A pesquisa qualitativa está no centro da escolha metodológica, para tanto buscamos em Mynaio (2009) que afirma que a mesma é questionadora da realidade social, compreendendo os fenômenos analisados por esta, como parte integrante da realidade social dos indivíduos envolvidos. Tal pesquisa consiste em identificar os fatores que determinam ou não a ocorrência de um fenômeno, no caso fenômeno social (MYNAIO, 2009).

Este trabalho será dividido em quatro capítulos, o primeiro é a introdução que encerro aqui, em que nos aproximamos ao tema, explicitamos o objeto e objetivos, o segundo que tratará sobre o ensino superior e sua evolução desde a instituição da primeira faculdade até os anos 2000, no terceiro capítulo trataremos sobre a assistência estudantil no ensino superior, no quarto capítulo discorreremos sobre o percurso metodológico e os resultados da pesquisa, por fim, as considerações finais em que discorreremos sobre o que a investigação tem a dizer sobre a assistência estudantil, no caso o auxílio moradia.

2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo nos debruçaremos sobre o ensino superior no Brasil e suas normativas, destacando os principais acontecimentos históricos e explorando como a educação superior se constituiu ao decorrer dos anos. Iniciaremos esta discussão com a instituição da primeira faculdade perpassando no primeiro subitem pelas décadas de 30 a 70, e dos anos 80 aos anos 2000 no segundo subitem do capítulo.

2.1 A instituição do ensino superior no Brasil

O ensino superior no Brasil, quando foi instaurado no século XIX¹, tinha um caráter e era configurado de forma a garantir a profissionalização dos estudantes para que os mesmos fossem capazes de adentrar ao mercado de trabalho (VASCONCELOS, 2006). Nesse momento ainda não existiam universidades instituídas, e sim institutos ou cátedras isoladas de ensino superior, que eram independentes, e não faziam parte de uma estrutura educacional maior. Segundo Cunha (2000), as cátedras “[...] eram unidades de ensino de extrema simplicidade, consistindo num professor que com seus próprios meios ensinava seus alunos em locais improvisados.” (CUNHA, 2000, p. 154).

Soares (2002) aponta que: “No período imperial, apesar das várias propostas apresentadas, não foi criada uma universidade no Brasil.” (SOARES, 2002, p. 26), pois os jovens iam para Coimbra ou outro local da Europa, para finalizar seus estudos, não possuindo assim interesse em fundar uma universidade no território colonizado, tanto por parte dos portugueses que não viam nestas terras esse propósito, já que o Brasil era para exploração e acumulação (SANTOS et al., 2012) e não para desenvolvimento de uma civilização ou urbanização, quanto por parte daqueles que viviam em terras brasileiras.

Esses pensamentos que de certo modo se tocavam em um ponto em comum, a não visibilidade de uma universidade sendo criada e desenvolvida em território colonizado, fizeram com que a intenção da instituição de uma universidade brasileira

¹ Fávero (2006) e Cunha (2000) apontam que anteriormente ao Curso de Medicina na Bahia, houve a criação de escolas superiores fundadas pelos Jesuítas em 1550, em algumas, segundo Cunha (2000), eram ministrados os cursos superiores de Artes e Teologia.

fosse barrada, intenção essa que partiu dos Jesuítas² ainda no século XVII (FÁVERO, 2006).

A educação além de se basear em um viés tecnicista privilegiava o acesso à educação apenas para os filhos dos aristocratas (nobres) da época. Com isso todos os outros indivíduos que não faziam parte dessa pequena porcentagem favorecida, não conseguiam acessar essa educação, na maioria das vezes nem mesmo a educação básica lhes era oportunizada. O processo de colonização no Brasil colaborou para que houvesse um grande grupo de pessoas que tinham seus direitos violados e um seleto grupo de pessoas que usufruíam desses direitos.

O período escravocrata no Brasil, que se iniciou com a escravização dos índios e posteriormente com a dos negros africanos, estabeleceu no país relações sociais fundamentadas em dois sujeitos sociais, o senhor de engenho, que era detentor de direitos e de poderes sobre suas propriedades, e o escravizado, que não possuía nenhum direito, e era desprovido inclusive de sua força de trabalho, que pertencia ao senhor do engenho. Este movimento baseado na colonização, exploração, escravização e acumulação de riquezas favoreceu o desenvolvimento da desigualdade tanto econômica, quanto social no país (SANTOS et al., 2012).

Desde a vinda de D. João ao Brasil e a transferência da Monarquia ao país, em 1808, são criadas instituições de ensino superior, sendo a primeira delas a Escola de Cirurgia da Bahia, que foi estabelecida pelo Decreto nº 2 de 1808 (CABRAL, 2011)³, e ficava localizada no Terreiro de Jesus, atual Centro Histórico de Salvador, que posteriormente deu origem ao primeiro curso de Medicina do Brasil, nomeado em 1832 (BRITO, 2003)³, e que foi institucionalizado na UFBA em 1946, pelo Decreto Lei de 8 de abril de 1946 (BRITO, 2003), onde se encontra até os dias atuais.

Um das questões que chama atenção e demonstra o privilégio no acesso a essa educação, é a necessidade de saber francês para estudar na Escola de Cirurgia da Bahia (BRITO, 2003) e latim e geometria, para matricular-se no 2º ano

² Os Jesuítas, são membros da ordem Companhia de Jesus, pertencente a Igreja Católica. Eram os Jesuítas os responsáveis pela educação e catequização dos habitantes, tanto os indígenas, no início da colonização do Brasil, quanto dos filhos dos nobres portugueses que vieram para terras nativas, a fim de explorar.

³ Informações retiradas de arquivos de internet, por não obter essas informações nos artigos encontrados.

do curso (CABRAL, 2011), o que denota o elitismo na educação, já que saber tais idiomas e/ou geometria não era algo de acesso das minorias que viviam no país, apenas a elite, compreendida aqui como filhos de nobres e daqueles que receberam terras para exploração em território nacional, juntamente a verba para tal exploração, tinha acesso a tais conhecimentos. Conforme Soares (2002):

As primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – eram independentes umas das outras, localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das Grandes Escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa. Tanto sua organização didática como sua estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias: o catedrático, “lente proprietário”, era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda a sua vida (SOARES, 2002, p. 25-26).

Ainda convém lembrar que o ensino superior brasileiro se deu de forma particular, se compararmos a outros países da América Latina, pois, apenas três séculos após a colonização que se estabeleceu as primeiras universidades em território nacional, enquanto que as colônias espanholas no continente fundaram universidades⁴ já no século XVI. Como aponta Cunha (2000):

Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia (CUNHA, 2000, p. 152).

A partir disto, o ensino superior nacional se desenvolveu com a expansão de centros isolados de ensino, voltados para a formação de profissionais para o Estado (FÁVERO, 2006). Embora o ensino nacional tenha passado por um período sendo clerical, a partir da transferência da sede do império para o Rio de Janeiro, o nível superior torna-se totalmente estatal até 1889. Saviani (2010) afirma que dos cursos que foram criados por D. João VI, “Duas características são comuns a todos eles: trata-se de cursos ou faculdades isoladas e são todos eles públicos mantidos, portanto, pelo Estado.” (SAVIANI, 2010, p. 05).

⁴ Instituições voltadas ao ensino religioso (SOARES, 2002).

Em 1889, foi proclamada a República no Brasil, com forte influência do ideário positivista, o que favoreceu a procrastinação da constituição de uma universidade no país. O grupo de oficiais que estavam à frente do movimento republicano pensava a universidade como, uma instituição obsoleta, pois as universidades até então conhecidas baseavam-se em comportamentos e necessidades “medievais”, e que no pensar destes, não mais atendiam as questões postas pelo “Novo Mundo”. Em consequência desse pensamento, estes eram favoráveis à criação de cursos laicos, já que a Igreja também possuía forte influência sobre a educação nacional (SOARES, 2002).

Em busca de um “ensino livre”, em 1910, segundo Cury (2009), através da emenda nº 118, da Lei Orçamentária da União, autorizaram o Presidente da República Hermes da Fonseca, a realizar uma reforma no ensino superior, neste mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 2.356, que também traz em seu Art. 3º, sobre a reforma. No ano seguinte, é promulgada a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, Lei nº 8.659, que estabelece a desoficialização do ensino superior, tornando possível a criação de entidades de educação superior na rede privada.

Neste período, também houve tentativas de estabelecer universidades tanto no âmbito oficial⁵, como foi o caso da Universidade de Manaus⁶ e a Universidade de São Paulo⁷, quanto no âmbito particular, como foi o caso da Universidade do Paraná⁸ (SAVIANI, 2010), aproveitando assim, a descentralização política da época, contudo essas tentativas perderam forças e foram interrompidas.

Apenas em 1920, com o Decreto nº 14.343, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira universidade brasileira. A Universidade do Rio, “[...] era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades.” (SOARES, 2002, p. 26-27).

⁵ CURY, Carlos Roberto Jamil. A DESOFICIALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL: A REFORMA RIVADÁVIA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p.717-738, out. 2009. O ensino oficial é entendido como: [...] aquele criado e mantido pelos poderes públicos, aos quais também pertence a titularidade privativa da chancela dos certificados e diplomas. Os primeiros atestam a conclusão de um curso escolar, o segundo é condição para o exercício de profissões regulamentadas. Goza das prerrogativas do ensino oficial aquele ofertado pela iniciativa privada autorizada a fazê-lo, tendo em vista a liberdade de ensino. Por consequência, pode-se dizer que o ensino oferecido pela iniciativa privada, quando autorizado, tem o valor do ensino oficial (CURY, 2009, p. 718).

⁶ A Universidade de Manaus foi fundada em 1909.

⁷ A Universidade de São Paulo foi fundada em 1911.

⁸ A Universidade do Paraná foi fundada em 1912, e federalizada em 1951.

Em consequência disso, na mesma década, em 1924, é criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que discutia a questão da pesquisa e da educação superior. A instituição reunia diversas personalidades e profissionais que tinham como propósito analisar suas responsabilidades diante dos problemas nacionais, e viam a educação como saída para tais problemas (ABE, 2009). A instituição deu seguimento ao pensamento antipositivista iniciado pela Escola Politécnica do Rio e que tomou maiores proporções com a criação da Academia Brasileira de Ciências⁹. Uma das bandeiras defendidas pela ABE na época era a criação do Ministério da Educação (MEC), e suas ideias influenciaram diversas leis e diretrizes que foram posteriormente aprovadas.

Em meados do século XX quando Getúlio Vargas assume a presidência do país, inicia-se o processo de industrialização e urbanização no Brasil, onde o Estado assume uma posição de afastamento da economia rural¹⁰, para a aproximação com a industrialização de produtos, priorização de produtos nacionais, e a centralização no poder Executivo, também é durante esse processo que o capitalismo¹¹ instaura-se no país, segundo Soares (2002).

Em decorrência desse processo de industrialização e modernização é criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública¹² (MESP) em 1930 (MORAES, 1992), através do Decreto 19.402, que tem uma vertente mais centralizadora da educação, e que não fugia do caráter profissionalizante e elitista que estava até então entranhado nas ações do Estado na educação. O MESP englobava em si assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar, sendo assim abarca instituições que tratavam desses assuntos, centralizando em si as decisões.

⁹ Criada em 1916.

¹⁰ Até este momento a economia do país se baseava na produção agrícola.

¹¹ O capitalismo monopolista baseia-se no modelo fordista-keynesiano de acumulação e teve sua reestruturação após a primeira grande recessão que se sucedeu em 1974.

¹² SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. Porto Alegre: IESALC - UNESCO, 2002. 336 p. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Atualmente o Ministério é apenas da educação, segundo Soares (2002), “o MEC é o órgão do poder público federal responsável pela área da educação, tendo como atribuições: formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino superior e velar pelo cumprimento das leis que o regem.” (SOARES, 2002, p. 61).

Para Fávero (2006), a década de 30 é marcada pela concentração de diversos setores sociais, e a educação passa a ser centrada na adaptação à modernização do Brasil, como podemos ver a seguir:

Se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, a partir dos anos 20 e, sobretudo, após 1930, essa tendência se reverte, começando a se incrementar uma acentuada e crescente centralização nos mais diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, o Governo Provisório cria o Ministério da Educação e Saúde Pública (14/11/1930), tendo como seu primeiro titular Francisco Campos, que, a partir de 1931, elabora e implementa reformas de ensino – secundário, superior e comercial – com acentuada tônica centralizadora. Trata-se, sem dúvida, de adaptar a educação escolar a diretrizes que vão assumir formas bem definidas, tanto no campo político quanto no educacional, tendo como preocupação desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho (FÁVERO, 2006, p. 23).

Ao longo desse período são promulgados alguns decretos que escrevem na história brasileira o percurso que iria ser tomado pelo Estado, em relação à educação no país, destacamos dois deles, que ditam de forma mais clara como o governo visualizava o ensino superior neste período.

O primeiro deles é o Decreto 19.851 de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras¹³, que permitia que ainda houvessem institutos desmembrados de educação superior, algo comum à época, já que não existiam universidades realmente instituídas.

O Estatuto, em seu Art. 5º, também estabelecia a constituição de universidades em território brasileiro, que deveriam conter “pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras” (BRASIL, 1931b, p. 01), o que demonstra o caráter tecnicista do olhar do Estado para a universidade, já que atribuía à constituição de uma universidade a pelo menos dois institutos que possuísem bases tecnicistas e práticas, além de afirmar em seu Art. 11º que:

Qualquer universidade poderá ampliar a sua atividade didáctica pela incorporação progressiva de novos institutos de ensino superior de natureza técnica ou cultural, mediante prévia aprovação do Conselho Universitário da respectiva universidade (BRASIL, 1931b, p. 02).

¹³ O Decreto vigorou até o início da década de 60 no país.

Entretanto, no que se refere às universidades federais, essas incorporações mencionadas, se davam por meio de decreto do Governo.

Essas ações desagradaram aqueles que lutavam por uma educação superior voltada à pesquisa, já que enfatizavam a criação da Faculdade de Educação, objetivando a formação de docentes secundaristas, o que agradava apenas aos planos de Francisco Campos¹⁴, e não ao dos primeiros (SOARES, 2002). Um ponto que não deve passar despercebido, é a compreensão do ensino universitário estabelecido neste Decreto Lei, que traz em si a educação superior como um suporte para uma humanidade aperfeiçoada, a harmonização de objetivos entre indivíduos condescendentes pela educação e exercício profissional.

Outra questão é a percepção de cultura atribuída à Faculdade de Educação Ciências e Letras, quando a Lei diz que “No plano do discurso, caberia à Faculdade de Educação, Ciências e Letras imprimir à universidade seu “caráter propriamente universitário” [...]” (FÁVERO, 2006, p. 24). Segundo Fávero (2006), a impressão desse caráter de fato não ocorre. O Decreto Lei estabelece em seu Art. 1º o ensino superior como:

O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparatecnico e científico superior; concorrer, emfim, pela educação do individuo e da collectividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1931b, p. 01).

Em consequência disso, vê-se, a todo instante o discurso de superação da finalidade do ensino, não resumindo a função da universidade apenas ao propósito educacional, e sim, também se propondo a uma cultura abnegada e a ciência pura.

O segundo decreto, é o Decreto Lei 19.850 de 1931, que cria o Conselho Nacional de Educação, e traz em seu Art. 2º, os mesmos princípios de elevação da cultura no país, profissionalização e aperfeiçoamento da Nação, como o Decreto supramencionado, “O Conselho Nacional de Educação destina-se a colaborar com o Ministro nos altos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira e de fundamentar,

¹⁴ Primeiro ministro do Ministério da Educação e Saúde.

no valor intelectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da Nação.” (BRASIL, 1931a, p. 01).

Em 1934 foi promulgada uma nova Constituição Federal (CF), que estabeleceu a educação como direito constitucional¹⁵, quando ficou determinado em seu Art.º 149 que:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934, p. 32).

Havia muitas expectativas de que com esta nova legislação fosse dada continuidade aos avanços, todavia o que se percebeu foi a centralização do poder no Executivo, e conseqüentemente das decisões e atribuições. Como foi o caso com a instituição do Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1935, onde a centralidade no poder Executivo acabou por interferir em sua Lei de criação, que não dispunha de dispositivos de autonomia administrativa, o que acarretou na intervenção do Estado em relação à escolha do reitor e dos demais diretores, tornando-se proibida a divulgação de partidos políticos dentro da Universidade do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2006).

Durante esta década, houve grande descontentamento dos professores do nível superior com as ações governamentais e a priorização de formar professores secundaristas e a não fomentação da pesquisa nas universidades brasileiras que existiam. Por tal motivo a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada por Anísio Teixeira¹⁶, deu novo fôlego ao movimento daqueles que lutavam por uma universidade voltada a pesquisa e cultura. Sobre a UDF, Teixeira¹⁷ (1961) afirma:

¹⁵ A educação não estava incluída como direito universal nas Constituições anteriores a 1934.

¹⁶ Escritor, jurista e educador baiano que teve grande influência em movimentos voltados a educação nas décadas de 20 e 30, influenciou o sistema educacional da Bahia e Rio de Janeiro, e foi um dos intelectuais envolvidos no Movimento Educação Nova, defendendo o ensino público de qualidade.

¹⁷ O artigo se constitui em três distintos pareceres sobre a Universidade do distrito Federal, a citação utilizada neste trabalho é referente exclusivamente ao parecer de Anísio Teixeira.

Embora não tenhamos tido, como muito bem diz Darcy Ribeiro¹⁸, tradição universitária, possuímos cento e cinquenta anos de experiência com o ensino superior profissional. Não tivemos experiência de ensino superior para a cultura de letras ou de filosofia, nem para cultura científica. Hoje sabemos que as Universidades, sem que deixem de formar os profissionais chamados liberais, são, sobretudo, centros de cultura geral e de pesquisa, formando os quadros superiores de especialistas em humanidades e ciências (TEIXEIRA; RAMOS; CARDOSO, 1961, p. 01).

Ainda sobre a UDF, Teixeira (1961), prossegue:

A Universidade de Brasília encaminha-se para uma correção radical. A nova estrutura universitária compreenderá uma série de institutos, devotados às letras e ciências, que ministrarão cursos básicos em qualquer dos campos do conhecimento humanos, e uma série de faculdades devotadas à formação profissional. Além dos cursos básicos, os institutos serão centros de pesquisa e de formação de cientistas e humanistas, no nível de graduação e pós-graduação (TEIXEIRA; RAMOS; CARDOSO, 1961, p. 01).

Entretanto, dado o clima autoritarista do governo e a insatisfação dos grupos contrários a essa visão, a universidade teve em menos de quatro anos de sua criação, a extinção por meio do Decreto Lei 1.063/1939 (FÁVERO, 2008).

É na década de 30, mais precisamente em 1937 que a União Nacional dos Estudantes (UNE) é criada, auxiliando na organização e mobilização política dos universitários, a entidade segundo Coelho (2012), passa a funcionar em um dos cômodos da Casa do Estudante¹⁹, entretanto apenas um ano após a criação da entidade, houve a ruptura entre as diretorias da Casa e a UNE, como discorre Coelho:

Somente um ano depois da criação da UNE, entretanto, começaram as divergências entre esta e a Casa do Estudante, de modo que, em 1938, ocorreu o rompimento entre elas. Por motivos de divergências políticas entre a diretoria da Casa do Estudante, representada pela presidente vitalícia Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça e a UNE, dá-se a expulsão desta última das dependências da Casa do Estudante, que desde então passou a funcionar nacionalmente e de forma independente (COELHO, 2012, p. 80).

Após a separação das duas entidades, houve o acirramento dos conflitos políticos, desde então as instituições seguiram caminhos distintos.

¹⁸ Antropólogo, etnólogo, escritor e professor mineiro. Foi o primeiro reitor da Universidade do Distrito Federal e foi fundamental para a discussão sobre a educação no país, ocupando em 1992, a 11ª cadeira da Academia Brasileira de Letras.

¹⁹ A qual abordaremos no capítulo III deste trabalho.

Entre os anos de 1945 a 1964, houve um “processo de integração do ensino superior” (SOARES, 2002, p. 31), onde universidades se associaram a faculdades já existentes, embora houvesse relutância por parte das faculdades voltadas ao ensino profissional, já que com essa vinculação administrativa, as mesmas perderiam sua autonomia, assim 65% das matrículas no ensino superior neste período se davam nas universidades.

Na década de 60, o ensino superior extrapola as paredes das universidades e interage com a sociedade de forma mais ativa, ainda que este, não tenha rompido com o elitismo e bases que vinham se mantendo desde seu início no país, como exemplifica Soares (2002):

Nessa ocasião, foram criados os Centros Populares de Cultura e desenvolvidas Campanhas de Alfabetização de Adultos, às quais envolviam jovens professores e alunos universitários, procurando contrapor, ao projeto elitista herdado do passado, um novo ensino superior, mais nacional e democrático (SOARES, 2002, p. 32).

Com as universidades ainda sendo dirigidas pelas cátedras vitalícias, o ensino superior passou por um período inercial, contrapondo-se a abertura e o convívio com a população externa ao ambiente universitário.

Em 1961, é criada a primeira universidade no Brasil, sem a agregação de faculdades/escolas já existentes, a Universidade de Brasília, esta Universidade estava ligada ao projeto desenvolvimentista do governo (CUNHA, 2000). É também em 1961 que ocorre a publicação da primeira LDB, Lei 4.024, que dispõe sobre as bases e diretrizes da educação nacional, ou seja, desde a educação primária à educação superior nacional. Esta Lei abriu espaço para que órgãos privados pudessem dispor de maior liberdade no ramo educacional, favorecendo a mercantilização da educação (CUNHA, 2007), o que ampliou significativamente o quadro de centros de ensino superior privados nas décadas seguintes. Assim, a primeira LDB apesar de possuir avanços, acaba por contribuir para a permanência do modelo tradicional de educação no Brasil.

Em 1964, é instaurada a ditadura militar no Brasil, um período de alta repressão e intervenção estatal na vida pública e privada de seus cidadãos, período adverso na história do país, com milhares de desaparecidos e mortos. Nesse momento da história brasileira, não foi diferente nas universidades, que foram alvo

de grande intervenção do Estado. Durante a ditadura, houve dura repressão dentro das universidades, com o afastamento de diversos professores, além do intenso controle das atividades realizadas dentro das universidades, tanto pelos professores, quanto pelos estudantes. De acordo com Soares (2002) as universidades públicas, eram consideradas pelo governo ditatorial, como centros de subversão, e por tal motivo eram intensamente monitoradas, para que nenhum ato pudesse alterar a ordem e segurança tão preciosa ao governo, como também aponta Cunha (2000):

De um lado, professores e pesquisadores experientes foram compulsoriamente aposentados; docentes jovens foram impedidos de ingressar e/ou de progredir na carreira; reitores foram demitidos e, para o seu lugar, foram nomeados interventores; a autonomia administrativa e financeira, já tão reduzida, foi ainda mais restringida; o controle policial estendeu-se aos currículos, aos programas das disciplinas e até às bibliografias; as entidades estudantis foram severamente cerceadas, [...] (CUNHA, 2000, p 178-179).

Como dito anteriormente, neste período ocorreu a fomentação da atividade privatista na educação, pois os agentes que contribuíram para o Golpe de Estado, que culminou na ditadura, estavam relacionados aos princípios privatistas já previstos na primeira LDB, do início da década (CUNHA, 2007). Assim, prosseguir com tal projeto iniciado em 1961, com apoio de uma ditadura militar, seria algo mais benéfico a esses agentes, já que com tal apoio poderiam conseguir que muitos dos seus objetivos se concretizassem. Essa ampliação se deu de forma mais intensa, nas periferias e cidades interioranas, onde havia maior demanda por este setor, esta ampliação foi tamanha que na década de 1980, 86% das matrículas eram realizadas em universidades privadas (SOARES, 2002). A educação superior neste momento histórico, passa então para a lógica de mercado, quando a responsabilidade de ofertar educação, que era do Estado passou a ser dividida com outro setor, o mercado, sucateando a educação pública.

Com a Lei 5.540/68, denominada Lei de Reforma Universitária, que instituiu as universidades como centros de pesquisa, as instituições ampliaram seus aparatos e se desenvolveram amplamente até o início da década de 80, porém não se afastaram das burocracias impostas pelo governo neste período de imensa repressão (VASCONCELLOS, 2010). Esta Lei estabeleceu a criação dos departamentos, que possuíam chefias em caráter rotativo, substituindo as cátedras

vitalícias, outra alteração importante, foi a mudança do vestibular eliminatório para classificatório (SOARES, 2002), além desses aspectos a Lei previa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (SANTOS, 2011).

Na década seguinte (1970), houve o primeiro movimento de ampliação das matrículas no ensino superior, como descrito por Vasconcellos (2010):

Durante esta década, o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). A concentração urbana e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a esta demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças também aconteceram no exame de seleção. As provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha. Esse aumento expressivo, sem adequado planejamento, resultou em uma insuficiência de fiscalização por parte do poder público, uma queda da qualidade de ensino [...] (VASCONCELLOS, 2010, p. 402).

Como defendido pela autora, a intensa procura por mão de obra qualificada, intensificou a procura por cursos profissionalizantes, isto impulsionou a aprovação de diversos cursos, sem a devida fiscalização, contribuindo para a queda da qualidade do ensino e a facilidade de acesso aos mesmos.

Neste mesmo período são criados a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANDEP), a Associação de Docentes do Ensino Superior (ANDES), e a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE), (SANTOS, 2011).

Após o Golpe de 64, houve uma estagnação no ensino público superior, concomitante a este fato, o ensino privado expandiu-se em suas três esferas — básico, médio e superior —, (GUIMARÃES, 2003), embora, as universidades particulares, segundo o autor, não tivessem conseguido alcançar o nível de “qualidade” das universidades públicas.

O contrário aconteceu no nível médio da educação, onde os colégios particulares possuíam maior qualidade de ensino, do que os colégios públicos, o que logo se tornou um problema, pois os filhos da classe média podiam pagar caro para estudar nas melhores escolas do país, enquanto os filhos das famílias pobres não tinham condições de arcar com esses custos, sendo inseridos na educação pública de nível médio, conseqüentemente este movimento da educação refletiu no ensino superior.

A década de 1970 teve forte influência sobre a desestabilização do regime ditatorial, já que foi ao final desta década que a convicção do “milagre econômico” começou a se desfazer, gerando brechas na estrutura do governo.

2.2 Da década de 1980 à década de 2000

A década de 80 no país é marcada pelos movimentos sociais e movimentos dos trabalhadores, luta por direitos, greves e atos públicos em nome da cidadania e da democracia, ainda dentro da ditadura militar.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), (2000), em 1981 havia 65 universidades no país²⁰, 762²¹ centros isolados de ensino, estes últimos dedicados apenas ao ensino, sem realizarem atividades voltadas à pesquisa. Esse distanciamento entre os centros de ensino superior era bem visto pelo militares do governo, já que o isolamento desses centros dificultava a mobilização universitária, garantindo assim a segurança e o desenvolvimento objetivado por eles. Em contraponto a essa lógica de distanciamento, as universidades públicas passaram por um processo de “limpeza ideológica”, com o afastamento de diversos docentes, por serem consideradas pelos militares como centro de insubordinação. Nesse mesmo período houve o incentivo da criação de cursos de mestrados e doutorados para fins de mão de obra qualificada (SOARES, 2002).

Esta década foi um período muito importante para a história do país, tanto para o aspecto político, quanto o educacional, pois foi neste momento histórico que a população conseguiu vitórias constitucionais e legais. Um movimento político importante a ser destacado neste decênio é o Diretas Já (1984), que foi um movimento político, reivindicando as eleições diretas para presidente da república, já que desde o início da ditadura não houve eleições deste tipo. O movimento teve apoio de diversos políticos e intelectuais, e teve um forte impacto para a aprovação

²⁰ INEP. Evolução do Ensino Superior: Graduação 1980 - 1998. Brasília: MEC, 2000. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Segundo o INEP (2000), havia 34 universidades federais, 9 universidades estaduais, 2 universidades municipais e 20 universidades privadas.

²¹ Segundo o INEP (2000), destes 18 eram estabelecimentos federais, 68 estaduais, 126 municipais e 550 privados.

e publicação da Constituição que viria a ser promulgada anos após o movimento, a ditadura militar brasileira tem seu fim, em 1985, ainda sem eleições diretas.

Com o enfraquecimento do pensamento ditatorial já na década anterior, a década de 80 gerou fortes debates no âmbito educacional, algumas pautas reivindicadas neste período foram: melhoria da qualidade educacional, qualificação dos profissionais da educação e plano de carreira, defesa de verba pública exclusiva para a educação e democratização da gestão na educação.

Cunha (2000) afirma, que apesar de todos os danos proporcionados pelo regime militar e a forte repressão, não se deve desconsiderar, que foi durante o regime, contraditoriamente, que o ensino superior foi impulsionado ainda que tardiamente. Assim o autor aponta que:

De outro lado, no entanto [apesar da forte repressão existente neste período], uma aliança tácita entre docentes e pesquisadores experientes fez com que as agências de fomento ampliassem em muito os recursos destinados à pós-graduação; novos prédios foram construídos nos *campi* e laboratórios foram equipados; a profissão docente foi institucionalizada mediante o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva; as instituições públicas de ensino superior ampliaram expressivamente o número de estudantes nelas matriculados (CUNHA, 2000, p. 179).

No final dos anos 80, em 1988, já após o fim do regime militar no Brasil, foi promulgada uma nova Constituição Federal, que vigora até os dias atuais, e é considerada por muitos como a Constituição Cidadã, por trazer em si diversos direitos, dentre eles os direitos trabalhistas, que foi alvo de imensa luta da categoria operária do país e de outras categorias que engrossaram a luta por seus direitos, agora constitucionais, além de uma nova visão sobre a assistência social e a educação (VASCONCELLOS, 2010). Nela a educação, é mantida como um direito constitucional, como consta em seu Art.º 6, e que foi alterado pelas Emendas Constitucionais nº 26 e 64 e passou a ser redigido como:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2010, p. 01).

Além de constar em seu Cap. III, do Art. 205º ao 214º, que dispõe sobre seus princípios, autonomia das instituições, deveres estatais com a educação básica, nível médio e educação inclusiva. A Constituição de 88, também traz em si a continuidade da indissociabilidade no ensino superior do tripé da educação: ensino, pesquisa e extensão. Além de garantir 18% da receita da União para manter e desenvolver o ensino. Vasconcellos (2010) entende que a partir da CF de 88:

A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (VASCONCELLOS, 2010, p. 404).

No início dos anos 1990, segundo Pinto (2002), o Brasil participa da Conferência Educação para Todos, na Tailândia, onde foi assinada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que estipulava metas para a educação básica, e objetiva a criação de planos decenais sobre a educação para os países que participaram. Alguns anos após a assinatura da Declaração, em 1993, foi realizada a Semana Nacional de Educação para Todos, em Brasília, que culminou no Compromisso Nacional de Educação para Todos, com vistas a elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos, como estipulado no início na década, embora tenham sido acontecimentos direcionados à educação, essas ações se voltavam para o nível básico/fundamental, e já demonstravam qual vertente seria adotada pelo Estado para a educação nacional.

Nesta década, ocorreu o segundo movimento de ampliação do ensino superior privado, que foi ainda mais fomentado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando este aprovou a LDB²² de 1996, onde reconhece a possibilidade de lucro das instituições privadas definindo-as em seu Art. 20º, como oposição às instituições de caráter filantrópico, comunitárias ou confessionais. Deixando aberto o livre comércio entre as instituições privadas para mercantilizar a educação. Na opinião de Cunha (2007):

²² O projeto aprovado em 1996 foi de autoria de Darcy Ribeiro, com pequenas alterações fruto de reivindicações sociais.

Começou aí, [...], uma tentativa de substituir o capitalismo patrimonial, vigente desde a formação do Estado nacional, pelo capitalismo concorrencial, no qual o investimento deixaria de usufruir de condições tão acintosamente privilegiadas, quando comparadas às de qualquer outro setor econômico. Dito de outro modo, não haveria por que uma instituição lucrativa estar isenta dos tributos que incidem sobre todas as outras. A finalidade educacional não seria justificativa aceitável pelo Mercado para diferenciá-la das produtoras de outras mercadorias. Ou seja: a concepção mercantil da educação implicaria a supressão de privilégios para os investimentos na sua produção e comercialização (CUNHA, 2007, p. 816).

A Lei também prevê avaliações sistemáticas dos cursos de ensino superior, o exame nacional de cursos, o Programa de Gratificação e Estímulo à Docência (GDE) e a autonomia universitária, Vasconcellos (2010), afirma que:

[...] estes pilares apontam para a consolidação do projeto neoliberal no setor da educação, em especial no que tange a questão da autonomia universitária, que segundo estudiosos representam a confirmação da intenção da privatização da universidade pública brasileira, gerando com isso, o descomprometimento do Estado com o seu financiamento (VASCONCELLOS, 2010, p. 405).

A LDB/96 também estabelece critérios para que uma instituição possa ser considerada universidade, como aponta Soares (2002):

[...] ela deve ter, no mínimo, um terço do seu corpo docente com titulação de mestre ou doutor e um terço, contratado em tempo integral. Assim, a melhoria da qualificação do corpo docente e de suas condições de trabalho, aliada a avaliações periódicas e ao credenciamento condicional das instituições, por tempo determinado, foram fatores que levaram à institucionalização da pesquisa (SOARES, 2002, p. 37).

Embora a nova legislação contribuísse para a expansão do ensino privado, os movimentos sociais conseguiram alguns avanços, com algumas alterações no projeto original, 5,5% do PIB estipulado para a educação e o Piso Salarial Profissional — Art. 67º — (SANTOS, 2011). A nova LDB, também traz em seu texto, a igualdade de acesso, pluralismo de ideias e a garantia da qualidade do ensino.

No mesmo ano, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)²³, Decreto Lei nº 9.424/1996, que tinha foco na educação básica.

²³ O FUNDEF vigorou até 2006, quando foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Em 1997, foram promulgados a Medida Provisória nº 1.477-35 e o Decreto 2.207, a primeira trata sobre os valores das mensalidades das instituições privadas, do ensino pré-escolar ao superior, já o segundo regulamenta o Sistema Federal de Ensino, e normatiza os procedimentos que as entidades deveriam adotar para explicitar sua finalidade, seja ela lucrativa ou não lucrativa.

Obviamente, os representantes das entidades privadas questionaram a intervenção estatal neste meio, entendendo que não era papel do Estado reger as ações mercantis das entidades mantenedoras do ensino privado no país. Tal descontentamento obteve resultado, já que ainda em 1997, foi promulgado o Decreto nº 2.306, que volta atrás com algumas decisões tomadas anteriormente, entretanto as medidas fiscais tratadas tanto pela Medida Provisória, quanto pelo Decreto, foram suspensas através de uma ação judicial das instituições privadas.

O governo buscou definir e estimular a expansão institucional visando criar um sistema educacional baseado na competitividade e flexibilidade, deixando de investir na educação pública com qualidade.

[...] a questão da expansão do ensino superior ganha destaque, principalmente no que diz respeito ao crescimento significativo de instituições privadas de ensino aliada ao processo de sucateamento das Instituições Federais de Ensino Superior (PAURA, 2014, p.116).

No ano seguinte, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o propósito de avaliar os discentes ao fim do ensino básico, assim avaliando concomitantemente o ensino.

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, é aprovado o Plano Nacional da Educação (PNE), Lei nº 10.172 de 2001, (PINTO, 2002). O PNE tinha como algumas de suas metas para a educação superior: organizar um sistema de avaliação nacional da educação, para monitoramento e melhoria das ofertas de pesquisa, ensino e extensão das universidades públicas e privadas, diversificar a oferta de ensino com a criação de cursos noturnos e modulares e criar um sistema para credenciamento regular das instituições (BRASIL, 2001a). No mesmo ano, é promulgada a Lei 10.260, que estabelece o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que consiste em um financiamento estudantil para que jovens possam custear seus cursos em instituições privadas de ensino superior.

Em 2003, no seu primeiro mandato, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, criou o Programa de Mobilidade Estudantil (PME) um convênio entre a ANDIFES e as IFES, onde discentes de graduação presencial das instituições públicas conveniadas, podem cursar de um a três semestres em outra universidade também conveniada (COELHO, 2012), tal programa teve grande impacto, pois propicia ao discente a oportunidade de dialogar sobre sua formação acadêmica em um espaço distinto daquele de origem, possibilitando na construção de conhecimento entre as universidades.

O novo governo deu continuidade a algumas ações já desenvolvidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, como foi o caso do financiamento estudantil, entretanto executou intervenções que apontavam para rupturas, como foi o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que abordaremos de forma mais aprofundada no capítulo 3 deste estudo, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em 2007 foi aprovado o PDE, um plano que visualiza a educação como um processo, onde todos os níveis da educação estão interligados, buscando a formação de indivíduos críticos, em consonância com os princípios constitucionais e traçando ações para alcançar as metas já estabelecidas no PNE. Este plano traz como princípios a expansão do número de vagas do ensino superior, a qualidade do ensino e a inclusão social (MEC, 2007).

Também em 2007, foi aprovado o REUNI — Decreto nº 6.096 —, como uma das ações do PDE, que objetivava o acesso à universidade, permanência estudantil, e aproveitamento das estruturas físicas e recursos humanos das IFES (BRASIL, 2007), o Programa também proporcionou a expansão do ensino superior público nacional e a criação de novos cursos.

As ações desenvolvidas pelo governo foram um grande avanço no âmbito educacional, pois neste período houve uma expansão do ensino superior com a criação de novas universidades públicas, ocasionadas pelo REUNI, e a interiorização dos campi de universidades pré-existentes, embora esse movimento de interiorização já tenha se iniciado em 2003. Durante os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva, foram criadas 14 universidades federais e mais de 100 novos campi (MEC, 2010). O governo também executou intervenções na área social,

proporcionando um período de consolidação de conquistas adquiridas na Constituição de 88 e voltadas para a classe trabalhadora.

No governo posterior, Dilma Rousseff, foram aprovadas algumas intervenções estatais no âmbito da educação, em 2012, ocorreu a promulgação da Lei 12.711, que dispõe sobre o ingresso nas universidades públicas, uma importante conquista para o movimento estudantil, pois inclui outras formas de ingresso, além das cotas raciais, como as cotas para os estudantes advindos de escola pública e as cotas para discentes com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Em 2013, houve a aprovação do Estatuto da Juventude, Lei 12.852, que reforça diversos direitos dos jovens (15 a 29 anos), incluindo o acesso à educação básica ao ensino superior, tanto na rede privada, quanto na pública. Em 2014, foi aprovado um novo PNE (2014-2024), que possui como metas: elevação da qualidade do ensino superior, ampliar as matrículas na pós-graduação, elevar a média de anos estudados entre os jovens para 12 anos e expandir o número de matrículas também na graduação.

Durante o governo de Dilma Rousseff, foram realizados diversos cortes em políticas públicas (CARLEIAL, 2015), um governo duramente criticado, pelas escolhas econômicas, que trouxeram queda no PIB, que havia tido um crescimento no governo anterior, e o aumento do número de desempregados. Conseqüentemente a política desenvolvida no governo, iniciou-se a tomada de medidas que impactavam diretamente na classe trabalhadora, e nos direitos socialmente adquiridos, estabelecendo assim uma onda de retrocessos sociais e a ampliação do mercado, que se intensificou após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Em virtude dos fatos mencionados ao longo deste capítulo, podemos concluir que a educação no Brasil se desenvolveu através de privilégios elitistas, e para uma parcela muito pequena da população brasileira, visto que poucas pessoas no país conseguiam prosseguir e finalizar seus cursos superiores. Esses privilégios e/ou caráter da educação superior, estão culturalmente enraizados em nossa sociedade, e são fruto da organização econômica do Brasil, desde seu período imperial, ou seja, a estrutura histórica e econômica que se estabeleceu no país, teve forte influência na construção social brasileira. Permitindo que esse caráter elitista estivesse presente nos diversos espaços de convívio social até os dias atuais.

Atualmente a política de educação está atrelada a mercantilização, ao passo que ao mesmo instante que se busca ampliar o número de vagas do ensino público superior, procura-se também atender os interesses do mercado dentro da educação. Podemos observar isto, com a atual medida de corte do número de vagas do ensino superior público que foi tomada no final do ano passado (Portaria nº 20/2016) e a tentativa de congelamento dos gastos públicos com educação, que já havia sofrido com os corte que pode chegar a 45%, e impacta diretamente no número de bolsas e auxílios oferecidos pelas universidades e conseqüentemente na permanência dos mesmos.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo nos debruçaremos sobre a política de assistência estudantil do ensino superior no Brasil e suas normativas, destacando as principais ações estatais e instituições que contribuíram para a constituição da política de permanência no ensino superior. Deste modo veremos as duas fases da assistência estudantil no país, a primeira iniciada a partir da construção da primeira Casa de estudantes no Brasil até os anos 70, e a segunda fase, que se inicia a partir dos anos 80 até os dias atuais.

3.1 O histórico da assistência estudantil

Segundo Barbosa (2009), a primeira ação voltada à “permanência estudantil”¹ foi a criação em 1876, da primeira república de estudantes em Ouro Preto, Minas Gerais, que foi fundada e organizada pelos próprios discentes, no entorno da Escola de Minas Gerais, esta república foi de fundamental importância para o fortalecimento do ensino superior no país, já que se instituiu como primeira iniciativa de moradia estudantil do país ainda no período imperial.

Anos mais tarde, no final da década de 1920, ocorre a fundação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris (1928), voltada aos estudantes que não possuíam condições de firmar moradia na capital francesa, ficando a cargo do governo brasileiro repassar os recursos para a manutenção da residência. Segundo Silveira (2012), a conduta de enviar jovens à Europa para concluir seus estudos era uma prática da elite, e não de famílias que realmente não possuíam condições de manter moradia fixa na França, assim, para a autora pode-se considerar essa ação estatal como uma assistência estudantil voltada à elite brasileira.

Na década de 30 assume a presidência Getúlio Vargas, que implementa um governo centralizador, e conseqüentemente, o ensino passa a ser visto como uma maneira de modernizar o Brasil. Entretanto, apesar dessa tendência centralizadora e conservadora na educação, em 1930 é criada no estado do Rio de Janeiro, a Casa

¹ Ainda não sendo compreendida com esta terminologia, entretanto com o intuito de abrigar os estudantes, favorecendo assim sua permanência nos cursos e fortalecendo o ensino.

do Estudante do Brasil, que possuía um restaurante, frequentado por estudantes pobres da região e pelos moradores² da comunidade vizinha (ARAÚJO, 2007). A Casa recebeu várias doações do governo Vargas, que tinha interesse no apoio aos estudantes, todavia permaneceu sendo uma entidade sem vínculos políticos, de apoio e solidariedade aos discentes, no entendimento de Silveira (2012) esta foi a primeira ação de assistência aos estudantes no país. Ainda no início da década, é promulgado o Decreto Lei nº 19.85/031, chamado de Lei Orgânica do Ensino Superior, que traz pela primeira vez a assistência estudantil aos discentes com menos recursos como tema de pauta de uma Lei.

O governo Vargas, segundo Silveira (2012), iniciou uma reorganização da sociedade, e a educação foi uma das vertentes priorizada neste governo, que possuía como intuito efetivar uma política de educação. A reforma realizada por Vargas em seu governo resultou na possibilidade de regulamentação da assistência estudantil no país, por meio da Constituição, atitude considerada pioneira, já que anterior a essa reforma a permanência estudantil não era citada nas constituições.

Em 34, foi constituída uma nova CF, que estava cercada de expectativas da continuidade dos avanços, entretanto não respondeu a elas da forma aguardada. Ainda que a nova Constituição não tivesse respondido às expectativas de avanços e de uma democracia, foi a primeira a trazer a assistência estudantil, no Art.º 157, §2 que diz: “§2 Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas³(sic).” (BRASIL, 1934, p. 33). Sobre o direito à educação pública, Barbosa (2009), esclarece: “O direito à educação pública só aparece no final do segundo quartel do século XX - Constituição de 1946 - e dentro de forte movimento de educadores e intelectuais de destaque.” (BARBOSA, 2009, p. 50).

Nesse mesmo período foram criados a UNE que teve grande importância na luta pelos direitos estudantis, e na organização política dos discentes e o Teatro do Estudante do Brasil, que objetivava ser um espaço cultural para os estudantes. Sobre a UNE, Araújo (2007) aponta que:

² ARAÚJO, M. P. Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. Segundo Araújo (2007) os moradores passavam-se por estudantes da universidade para fazer as refeições no restaurante.

³ Vilegiatura é o período de férias ou período de afastamento das atividades habituais.

O projeto de criação de uma União Nacional dos Estudantes, às vésperas do Estado Novo e sob a chancela do Ministério da Educação, tinha o propósito político de organizar nacionalmente e submeter politicamente a força desde segmento social que começava a se expandir (ARAÚJO, 2007, p. 24).

Com a CF de 1946, a assistência estudantil passa a ser obrigatória para todos os níveis de ensino, como consta no Art.172º que diz: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (BRASIL, 1946). Assim, dá-se um passo importante para a construção da assistência estudantil no país, já que constando na Constituição, as instituições educacionais começam a pensar de forma coerente a realidade dos discentes no sistema educacional.

Em decorrência do período de integralização administrativa de muitas faculdades que já estavam em funcionamento, por universidades, em 1961 é publicada a primeira LDB, Lei 4.024, que dispõe sobre as bases e diretrizes da educação nacional, ou seja, da educação primária à educação superior nacional. Até então a assistência era vista apenas como direito dos mais vulneráveis socialmente, entretanto com a LDB, a assistência passa a ser compreendida como direito de todo discente, sendo parte integrante da política de educação e não uma ajuda governamental. Em 1962, foi realizado um seminário onde a Comissão de Política de Assistência Cultural e Material ao Estudante, discutiu diversos pontos ligados à assistência estudantil e levou várias pautas ao governo vigente (SILVEIRA, 2012).

Um acontecimento importante para a organização da política de assistência no país que ocorreu neste período foi o II Seminário Nacional de Reforma Universitária que ocorreu em Curitiba em 1962, desse seminário, resultou a Carta do Paraná que trazia como conteúdo várias reivindicações a favor da melhoria da assistência prestadas aos estudantes, esse movimento de luta foi interrompido logo em seguida com o golpe de 1964, onde a UNE foi posta na ilegalidade e seus movimentos proibidos. Coelho (2012) ressalta que anterior a Carta do Paraná, houve a Declaração da Bahia, como resultado do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, que ocorreu em Salvador, também no início da década. A autora afirma que no dizer de Cunha (2000):

A maior parte da Carta da Bahia (1961) refere-se ao papel da universidade na formação de profissionais de nível superior. Para o melhor cumprimento desse papel é que foram traçadas diretrizes de reforma, quase todas coincidentes com as demandas de modernização do ensino superior de setores do próprio Estado e das entidades de pesquisadores, [...] e assistência aos estudantes, como bolsas, alimentação, alojamento e trabalho remunerado dentro da universidade [...] (CUNHA, 2000, p. 175-176).

Assim, a Carta do Paraná, empenhou-se em aprofundar as reivindicações já citadas na Declaração, trazendo outras pautas do movimento estudantil, como a ampliação dos restaurantes universitários e a criação de novas casas estudantis, demonstrando mais uma vez o descontentamento do movimento estudantil às ações governamentais até então existentes, o que evidencia também que estas intervenções não atendiam de forma eficiente as necessidades dos estudantes.

Em 1967 com a promulgação da nova Constituição Federal, a educação é colocada pela primeira vez como igualdade de oportunidades no Art.168º, quando diz: [...] assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana (BRASIL, 1967, p.45). Assim a Constituição, traz a igualdade de acesso, e de oportunidade de ingressar na universidade e ter como direito sua permanência, entretanto segundo Silveira (2012), o contexto político desse período reduziu a prática dessa igualdade a quase nada.

Em 1968, é publicada a Lei nº 5.540, Lei da Reforma Universitária, que trata da organização do ensino superior, e seu vínculo com o ensino médio. Tal Lei trouxe algumas inovações, dentre elas, “o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações.” (SOARES, 2002, p. 33). No ano seguinte, a UNE, foi posta na ilegalidade a partir do Decreto Lei nº 477 (COELHO, 2012).

Em decorrência da ampliação do contingente de matrículas do setor privado e suas demandas, ocorrido na década de 1970, o MEC, cria o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) que tinha como objetivo manter a assistência estudantil nacionalmente, focando nos “programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológica” (COSTA, 2009, p. 08). A entidade foi extinta no governo que se sucedeu. Dois anos mais tarde, em 1972 é criado o Programa Bolsa

Trabalho, que se concentrava nos estudantes com poucos recursos, e pretendia a nível nacional inserir esses jovens no mercado de trabalho.

Nos anos posteriores, houve grande desigualdade de acesso no ensino superior, visto que os vestibulares eliminavam os jovens advindos da classe mais pobre, pois estes não tinham acesso a uma educação de qualidade ainda no ensino médio, que como apontado no capítulo anterior. Guimarães (2003) indica que:

Em meados dos anos de 1970, algumas parcelas da sociedade brasileira, principalmente a classe média negra, já sentiam os efeitos dessa política. Como disse Santos (1985), os jovens negros, para titularem-se, tinham de recorrer à rede particular de ensino superior, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, que acentuavam ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas (GUIMARÃES, 2003, p. 251).

Como aponta o autor essa questão era ainda mais visível, para os negros, que além da discriminação racial, sofrem a discriminação social no acesso ao ensino superior, tendo que se sujeitar a um ensino com menor qualidade, para obter um título. Guimarães (2003) também expõe que:

Foram justamente os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação, o relativo fechamento das universidades públicas brasileiras aos filhos das famílias mais pobres, que, na concorrência pela melhor formação em escolas de 1º e 2º graus, eram vencidas pelas classes média e alta. As provas de exame vestibular para o ingresso nas universidades públicas passaram a ser realizadas, portanto, num contexto de grande desigualdade de formação, motivada principalmente pela renda familiar (GUIMARÃES, 2003, p. 251).

Conforme Silveira (2012), somente após a reativação da UNE em 1979, o movimento estudantil foi retomado, sendo marco desse retorno o 1º Encontro de Casas de Estudante, realizado no estado do Rio de Janeiro em 1976. A autora explica que:

Os benefícios conferidos aos estudantes, nessa época, não tinham um caráter expressivo que repercutisse na sua permanência. Também não havia um projeto de âmbito nacional que tratasse da assistência estudantil e, conseqüentemente, da manutenção dos jovens na universidade, sendo este contexto de um acesso bastante restrito dos jovens ao ensino superior (SILVEIRA, 2012, p. 55).

O movimento negro neste período também foi fundamental para a luta por acesso e permanência nas universidades públicas do país, Guimarães (2003) enfatiza a mobilização não de uma massa branca, que falava pelos operários e camponeses, e sim uma massa autointitulada negra que davam voz a parcela da população pobre, mestiça e preta. Como esclarece Guimarães (2003):

O que há de novo, portanto, é que, ao contrário dos anos de 1960, não foram as classes médias “brancas”, mobilizadas em torno de ideais socialistas e empenhadas numa política de alianças de classes, pretendendo-se, no mais das vezes, os porta-vozes de camponeses e operários, que tomaram a cena política. Quem empunhou a nova bandeira de luta por acesso às universidades públicas foram os jovens que se definiam como “negros” e se pretendiam porta-vozes da massa pobre, preta e mestiça, de descendentes dos escravos africanos, trazidos para o país durante mais de trezentos anos de escravidão. Essa juventude estudantil negra começa a realizar assim o ideal de luta socialista, verbalizado por Florestan Fernandes (1972), no final dos anos de 1960: o negro seria o mais oprimido e explorado de todos, e a sua luta a mais radical das lutas de emancipação (GUIMARÃES, 2003, p. 252).

Foi o movimento negro que trouxe inicialmente o debate sobre o acesso às universidades, nesta nova configuração de ensino público/privado que se estabeleceu nos anos 70. Nessas primeiras décadas da assistência estudantil no país ocorreram poucas ações voltadas à parcela pobre da população, pode-se afirmar que essa tendência se deve ao fato que o acesso às universidades era privilégio apenas das elites brasileiras, que possuíam condições financeiras de manter um membro na vida universitária.

Coelho (2012) destaca que esse primeiro período da assistência estudantil no Brasil se deu de forma pontual e descontínua, pela pouca importância que foi dada ao tema pelo Estado, nesses primeiros anos.

3.2 A Segunda fase da assistência estudantil no Brasil

No segundo período da assistência estudantil no país houve uma maior preocupação com sua regulamentação. Silveira (2012) salienta que “Nos anos de ditadura militar, houve um movimento de democratização das vagas nas universidades, marcado pelo aumento em massa do número de vagas, porém longe do acesso de todos.” (SILVEIRA, 2012, p. 57). As ações tomadas durante o primeiro

período da assistência estudantil eram voltadas para o ensino básico e médio, não sendo o ensino superior alvo dessa política de assistência. Assim pode-se mencionar, por exemplo, a criação da Fundação de Assistência ao Estudante (1983)⁴, pelo MEC, que tinha como objetivo assistir estudantes dos níveis pré-escolar e dos 1º e 2º graus da educação, sendo excluído o ensino superior das ações da Fundação.

Costa (2010) aponta que a partir do final da década de 70, o país passa por um processo de redemocratização, este movimento é decorrente da crise econômica que se desenvolveu durante o período militar brasileiro. Neste momento de intensa crise e redemocratização nacional, a assistência estudantil entra como pauta na formulação de políticas públicas. É também, apenas a partir desta década que a permanência e conseqüentemente a assistência estudantil, para os universitários começa a ser discutida em ambiente acadêmico (SILVEIRA, 2012).

Como exemplo dessa chamada “segunda fase da política de assistência estudantil”, em 1985, foi proposta uma nova política de educação voltada ao ensino superior, assim foi constituída a Comissão Nacional da Reformulação da Educação Superior Brasileira, que apresentou inovações nas diretrizes e indicou a democratização no acesso, a ampliação do financiamento das universidades e a realocação dos recursos, para custear a recuperação e conservação de prédios das universidades públicas, restaurantes e residências universitárias, e a construção dos mesmos nas IFES que não possuísem tão aparato (MEC, 1985). Segundo Barbosa (2012), “esta recomendação não foi concretizada, uma vez que todos os programas de Assistência ao Estudante Universitário vinham sendo mantidos precariamente com recursos próprios das instituições.” (BARBOSA, 2009, p. 52).

No ano de 1987, foram criadas duas importantes frentes, para discussão sobre as questões relativas ao ensino superior, principalmente em relação à assistência estudantil, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantil (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Tais frentes foram fundamentais na discussão sobre a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade e sobre a

⁴ A Fundação foi extinta em 1997.

igualdade de acesso, permanência e conclusão na universidade. Como explica Vasconcellos (2010):

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, com objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa condição socioeconômica (VASCONCELLOS, 2010, p. 402).

Essas instituições discutem sobre a democratização do acesso à universidade pública para jovens de baixa renda, problematizando que apenas a oportunidade de acesso, não é suficiente, também se faz necessário pensar sobre a permanência dos mesmos, que é dada de forma distinta daqueles que possuem condições financeiras de manter-se na universidade e utilizar seus diversos espaços de conhecimento e mobilização⁵. Assim, Silveira (2012) complementa que:

Nas discussões do FONAPRACE, era consenso as dificuldades que as instituições ensino superior – IES estavam encontrando para manter os alunos matriculados, por essa razão salientavam a importância da política de assistência estudantil. Argumentavam, ainda, que para ser efetivada a redemocratização da universidade era imprescindível garantir a permanência dos estudantes de baixa renda (SILVEIRA, 2012, p. 59).

Em 1988, foi promulgada uma nova CF, que traz a educação como direito de todos e dever do Estado, além de enfatizar a questão da permanência, a gratuidade do ensino público oficial, oferta de ensino noturno e ensino especializado para portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1988).

Nos anos 90, mais precisamente no ano de 1996, é aprovada a nova LDB, que traz em seu Art.º 3 “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (BRASIL, 1996, p. 01), dispondo sobre a assistência estudantil nos três níveis da educação e reforçando o que já havia dito a Constituição. Concordamos com Simone Paura (2014), quando ela afirma que “[...] essa situação não vem acontecendo, pois fatores como a desigualdade social dificultam e/ou inviabiliza o

⁵ Participando de forma ativa dos espaços de discussão e movimentos estudantis, que muitas vezes é limitado para estudantes mais vulneráveis socioeconomicamente, que ocasionalmente precisam manter atividades remuneradas para continuar na universidade.

acesso das pessoas de baixa renda à educação, em especial a educação superior.” (PAURA, 2014, p.115).

Pensar a igualdade de acesso aos estudantes foi um importante avanço, visto que no sistema desigual que vivemos, é fundamental pensar em meios que igualem a oportunidade de acesso e a permanência dos mesmos dentro de um sistema educacional, entretanto, essas ações de permanência e equiparação sejam fortemente debatidas em diversos espaços, principalmente o acadêmico, pois alguns argumentam que essas medidas não são necessárias ou deveriam acontecer de uma forma distinta.

Foi também em 1996 que o então presidente Fernando Henrique Cardoso, abriu o seminário Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, essa iniciativa permitiu o diálogo sobre as ações afirmativas no país, contudo as manifestações realizadas pelo movimento negro na década de 1980, referente ao centenário da Abolição da Escravatura, já haviam permitido a abertura sobre o debate das desigualdades raciais e sociais no Brasil. Guimarães (2003) ressalta que:

A razão para tal abertura deveu-se não apenas à sensibilidade sociológica do presidente, ou à relativa força social do movimento, mas também à difícil posição em que a doutrina da “democracia racial” encerrava a chancelaria brasileira em fóruns internacionais, cada vez mais freqüentados por ONGs negras (GUIMARÃES, 2003, p. 252).

No final dos anos 90, houve a aprovação da PL nº 1018/99, que dispõe sobre a moradia estudantil, Silveira explica que:

[...] esse projeto de Lei foi considerado inconstitucional e, portanto, arquivado em 2007. Durante os anos em que tramitou, a SENCE [Secretaria Nacional de Casa de Estudante] tentou alterar o texto do PL, melhorá-lo, tendo sido discutido exaustivamente em debates e grupos de trabalho, e reformulado em plenárias finais de Encontros, mas todas as sugestões esbarraram na burocracia do Congresso Nacional (SILVEIRA, 2012, p. 63).

Nos anos 2000, mas precisamente em 2001 é criado o FIES⁶ (BRASIL, 2001b), que se constitui em um financiamento estudantil, para que jovens possam

⁶Diferentemente do PROUNI, o FIES não concede bolsas, apenas o financiamento do valor total do curso a ser pleiteado pelo estudando, desde sua implementação em 2001, o FIES passou por duas “reformulações”, em 2010, e em 2015, fonte site do MEC. Fonte: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/>>.

acessar a educação superior privada. Foi nesta década também que foi realizada a primeira pesquisa⁷ do ensino público superior, coletando dados que reforçavam os debates de permanência, já que demonstrava que havia nas instituições públicas um número expressivo de jovens que exerciam atividades remuneradas e utilizavam do transporte coletivo para chegar a universidade, enfatizando a necessidade da assistência estudantil.

Posteriormente, segundo Silveira (2012), em 2001, o FONAPRACE utilizou-se dos dados obtidos na pesquisa para subsidiar a proposta de um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior, esse plano tinha como objetivo traçar diretrizes para diminuição da evasão no ensino superior, manutenção desses jovens no curso, dentre outras. A autora exemplifica as questões levantadas pela instituição nesta proposta:

As questões levantadas, no Plano, a serem trabalhadas foram as seguintes: moradia, alimentação, manutenção e trabalho, meios de transporte, saúde, acesso a biblioteca, a cultura e ao lazer, a domínio de línguas e a conhecimento básico de informática, a movimentos sociais, garantindo, assim, a manutenção do estudante e de seu desempenho acadêmico (SILVEIRA, 2012, p. 64).

No mesmo ano, a assistência estudantil e a oferta ampliada de vagas no ensino superior foram destacadas pelo PNE 2001 - 2010, conforme reivindicações da instituição. O PNE trazia como princípios: constituir uma política para diminuir as desigualdades regionais, promoção da inclusão social e ensino de qualidade em regiões mais remotas do país. Além de explanar sobre a democratização no acesso através do PROUNI e FIES, e da reestruturação da educação através do REUNI, e do PNAES.

Ainda no início do século, o movimento negro, criou cursos pré-vestibulares, na tentativa de auxiliar jovens negros a ingressarem na universidade, esses cursos eram totalmente gratuitos, e eram desenvolvidos por meio de trabalho voluntário. Outra ação voltada ao acesso de jovens negros às universidades foi a reserva de

⁷FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIL. PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS IFES. Andifes, 1997. 57 p. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_041_Pesquisa_do_Perfil_Socioeconomico_dos_Estudantes_de_Graduacao_das_IFES.pdf>.

vagas, inicialmente nas universidades estaduais, em 2001 (GUIMARÃES, 2003), e que posteriormente teve adesão de universidades federais.

No início do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o governo foi de encontro a uma das metas estipuladas pelo PNE, quando instituiu o PROUNI, através da Lei nº 11.096 em 2005. Apesar de o Programa ter sido um importante avanço para o acesso ao ensino superior, recebe críticas por fomentar a iniciativa privada, ao passo, que destina bolsas de estudo para “[...] estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior [...]” (BRASIL, 2005, p. 01), não ofertando oportunidades de acesso para o ensino superior público.

Coelho (2012) aponta que a assistência estudantil constrói-se como um objeto de difícil análise no país, pois não possui uma clara sistematização dos dados a serem pesquisados, o que pode prejudicar sua investigação, isso ocorre de forma ainda mais acentuada quando se trata das instituições privadas no Brasil, já que as mesmas não possuem um programa de assistência, resumindo-se apenas aos programas de concessão de bolsas.

Em 2007 foi aprovado pelo governo o PDE, um conjunto de medidas/programas que apontam para a melhoria ou a tentativa de melhora da educação nacional. Dentre um dos programas do PDE, encontra-se o REUNI, tal programa ao contrário dos destacados anteriormente, visa o ensino público. O principal objetivo do programa é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL, 2007, p. 01).

Assim, o REUNI, fomenta a criação de vagas e de cursos no ensino superior público, com apoio financeiro. É importante salientar que no REUNI já é adicionada como uma de suas dimensões a assistência estudantil, além da redução da evasão escolar no nível superior, ampliação de políticas de inclusão, revisão da estrutura acadêmica, propiciando a ampliação da qualidade do ensino público, entre outras questões. Cunha (2007) explicita que “Ainda que o REUNI tenha recebido críticas variadas, principalmente por não levar em conta as peculiaridades das universidades federais, ele pode vir a impulsionar o crescimento do alunado desse segmento do ensino superior.” (CUNHA, 2007, p. 821).

Neste mesmo ano, como fruto da expansão proposta pelo REUNI, o FONAPRACE apresenta novamente um Plano Nacional de Assistência Estudantil (SILVEIRA, 2012; COELHO 2012), amparado mais uma vez em suas pesquisas junto ao ANDIFES. Silveira (2012) expõe que:

Foram retirados alguns indicadores das pesquisas, o quais deixam clara a necessidade de alocação de recursos para viabilizar a execução da política de assistência estudantil, podendo-se citar, dentre eles: a migração de universitários para outras cidades, o que exige ofertar moradia; a importância que o Restaurante Universitário ocupa como forma de garantir a permanência dos estudantes nos câmpus; o transporte coletivo como forma de deslocamento até a universidade; [...] (SILVEIRA, 2012, p. 67).

Deste modo, em dezembro de 2007, o governo instituiu o PNAES, através da Portaria nº 39. No final da primeira década dos anos 2000, o Programa foi implementado pelo Decreto 7.234 de 2010, no mesmo ano o MEC estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST), destinado às universidades estaduais, todavia o PNAEST estava condicionado a inserção das universidades ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), que é um sistema pelo qual universidades públicas oferecem vagas em suas instituições, como aponta Coelho (2012):

A liberação dos recursos foi vinculada à participação das instituições no SiSu, associando o número de vagas ofertadas ao montante liberado: instituições que oferecerem até 200 vagas no SiSu receberão até R\$ 150 mil, entre 201 e 1 mil vagas, até R\$ 750 mil, acima de 1 mil vagas até R\$ 1,5 milhão. Para ter acesso ao recurso, as IES devem apresentar um plano de trabalho constando a forma como o dinheiro será aplicado na assistência estudantil. Além disso, esse valor não é significativo e não corresponde à necessidade das universidades, pois é disponibilizado proporcionalmente ao número de vagas ofertadas no SiSu, e não considera o número real de estudantes que demandam a política de assistência (COELHO, 2012, p. 88)

Tal condicionalidade nos apresenta o caráter controlador desta política, já que a liberação de verbas para a assistência não seria algo apenas tido como direito e sim atrelado aos interesses tanto do governo, como do mercado (COELHO, 2012).

Na segunda década, no ano de 2012, foi publicada a Lei 12.711, que dispõe sobre as cotas⁸, para estudantes que cursaram o ensino médio exclusivamente em

⁸ Chamadas por muitos autores que discorrem sobre o tema de Ações Afirmativas, entretanto não nos debruçaremos sobre este debate em nosso trabalho.

escola pública, estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio⁹ e alunos autodeclarados, pretos, pardos ou indígenas. Outra ação desenvolvida neste governo foi o Programa Bolsa Permanência (PBP), estabelecido pela Portaria nº 389 de 2013. O PBP consiste num auxílio financeiro destinado aos discentes em situação de vulnerabilidade de cursos específicos, indígenas e quilombolas, este tem critérios próprios distintos do PNAES (MEC, 2014). Entretanto, em 2016 o PBP foi suspenso, sendo permitido apenas para discentes indígenas e quilombolas, não possibilitando mais a adesão de outros discentes.

Levando em consideração esses aspectos, observamos que percurso desenvolvido pela assistência estudantil, assim como a educação, foi marcado por privilégios sociais e iniciou-se voltada a uma classe já tão beneficiada. Somente após os anos 30 do século passado que voltam-se os olhos para os estudantes que faziam parte da classe menos favorecida do Brasil, embora o elitismo na educação tenha perdurado por muitos anos, e nos dias atuais ainda existam cursos e universidades conhecidas por ter um público de poder aquisitivo maior. Entretanto, apenas a partir dos anos 80 que as condições de permanência dos estudantes universitários começam a ser discutidas de forma mais ampla, com a criação das duas principais instituições que debatem tal assunto.

A luta estudantil foi parte fundamental para que o direito à assistência fosse pensada de forma mais concreta, e por todo o movimento estudantil a moradia demonstrou ser um ponto de pauta imprescindível ao longo da história da permanência desses estudantes, visto que as Casas do Estudante e as Residências Universitárias foram e ainda são ambiente de reivindicações e construção do movimento estudantil, constituindo os custos com moradia e alimentação as principais preocupações dos discentes (COELHO, 2012), e são elementos básicos para permanência.

O movimento negro, também foi fundamental para a luta estudantil, pois foi este movimento que fomentou, e agregou desde os anos 70, o debate sobre o acesso do povo negro e pobre às universidades, e de que forma se dava esse acesso e permanência.

⁹ Atualmente este valor é de R\$ 1.405, 50.

A CF de 1988 abriu um grande debate sobre a permanência e o papel do Estado no âmbito educacional, e aqui consideramos que, o direito à educação é mais do que ser apenas inserido na universidade, é o direito de permanecer nesta com todas as condições de igualdade em relação aos demais. As diversas intervenções estatais a partir da segunda fase da assistência no país modificou consideravelmente o perfil dos estudantes pertencentes a este universo, e isto pode ser observado nas pesquisas do ANDIFES e FONAPRACE, que inclusive impulsionaram a aprovação do PNAES.

Entretanto, mesmo com os esforços para que haja ampliação do número de vagas no ensino superior público, para a redução da taxa de evasão escolar no nível médio, e democratização das vagas nas universidades, vemos que ainda há um longo caminho a percorrer, já que a assistência estudantil ainda está aquém do que deveria, embora número de estudantes que são beneficiários do PNAES tenha aumentado como mostram pesquisas realizadas, o número de pessoas que entram nas universidades em situação de vulnerabilidade social, não é acompanhado pela verba destinada aos auxílios exigidos pelo PNAES, ocasionando a não assistência de muitos que ainda precisam.

4 AUXÍLIO MORADIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE: RESULTADOS

Neste capítulo trataremos sobre o percurso metodológico utilizado neste estudo, bem como seus objetivos, documentos analisados e os resultados obtidos através de nossa investigação.

4.1 Percurso metodológico

Os indicadores sociais como medidores de inclusão no programa de Moradia Estudantil se constituiu no centro dessa investigação e os objetivos traçados foram verificar quais indicadores sociais são utilizados em algumas universidades federais da região nordeste do Brasil para a concessão do auxílio moradia, e analisar estes indicadores, para aferir se as instituições nordestinas utilizam-se de indicadores comuns ou se esses indicadores são distintos.

Optamos, portanto para responder a esta preocupação a pesquisa qualitativa. Para Mynaio (2009), que concebe a pesquisa qualitativa como questionadora da realidade social, compreendendo os fenômenos analisados por esta, como parte integrante da realidade social dos indivíduos envolvidos, este método baseia-se em identificar os fatores que determinam ou não a ocorrência de um fenômeno, no caso fenômeno social. Mynaio (2009) defende a necessidade de trabalhar a complexidade da realidade pesquisada, suas peculiaridades e distinções do objeto, que precisa sempre ser contextualizado e tratado de forma singular.

Quanto ao objetivo da pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória, de acordo com Gil (1989), a pesquisa exploratória “[...] tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 1989, p. 44). Segundo o autor, este é o tipo de pesquisa com menor rigidez, frequentemente são utilizados como métodos operacionais a pesquisa bibliográfica ou documental.

Ao que se refere aos métodos operacionais da pesquisa, foi realizada pesquisa documental. Conforme Gil (1989) a pesquisa documental se vale “[...] de

materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 1989, p. 73). De acordo com o autor a pesquisa documental, se assemelha muito a pesquisa bibliográfica, apenas com a diferenciação das fontes. Gil (1989) aponta para a diferenciação entre os documentos analisados, os documentos de primeira mão, são aqueles que não receberam nenhum tipo de tratamento, como reportagens de jornais, filmes, gravações, e os documentos de segunda mão que em algum momento foram analisados, como relatórios de pesquisa e tabelas estatísticas. No caso deste estudo trabalharemos com os dois tipos de documentação.

A pesquisa ocorreu em duas etapas, a primeira constituiu-se em delimitar o universo a ser trabalhado, desta maneira foi consultado o site do MEC, pela plataforma do e-MEC¹, para definir as universidades que obedecessem aos critérios selecionados pela pesquisa tais como: o número de discentes matriculados em curso de graduação presencial, se possuíam sítios eletrônicos e se possuíam pró-reitoria específica de assistência estudantil, para assim serem escolhidas as quatro instituições, duas com grande porte e duas com porte menor, para assim analisarmos os indicadores sociais utilizados para o auxílio moradia dentro deste universo, e aferir se as IFES nordestinas utilizam-se de indicadores comuns ou se esses indicadores são distintos.

Obedecendo aos critérios da investigação aludidos acima, foram escolhidas as universidades federais dos estados da Bahia², Paraíba³, Piauí⁴ e Maranhão⁵.

Em um segundo momento foram acessados os sítios eletrônicos de cada universidade para *download* de seu último edital lançado para os benefícios de assistência estudantil, e quando foi o caso, o edital específico para o auxílio moradia, pois algumas universidades possuem um único edital para todos os auxílios/bolsas referentes à assistência ao estudante, entretanto há universidades que dispõem de editais específicos para um ou mais auxílios/bolsas referentes a assistência. Também foram acessados os questionários/formulários

¹ O e-MEC é uma plataforma digital pertencente ao Ministério da Educação, que reúne informações acerca das IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Educação. Disponível para acesso em: <<http://emec.mec.gov.br/>>

² Universidade Federal da Bahia.

³ Universidade Federal da Paraíba.

⁴ Universidade Federal do Piauí.

⁵ Universidade Federal do Maranhão.

socioeconômicos de cada universidade pesquisada, para observação dos indicadores sociais.

Os documentos analisados para fins deste estudo foram acessados exclusivamente por meio digital, constituíram fontes para este estudo:

- Edital dos auxílios e bolsas das universidades;
- Editais específicos do Auxílio Moradia;
- Relatórios de Gestão;
- Relatórios Estatísticos.

Por fim os dados obtidos foram sintetizados em quadros elaboradas em Word, pois não foram fruto de nosso estudo estatísticas numéricas, não sendo necessário a construção de tabelas em *software* Excel.

4.2. Resultados da Pesquisa

Dentre as universidades que fazem parte de nosso universo, todas possuem pró-reitorias específicas de assistência estudantil, as mesmas elaboram editais para concessão de bolsas e auxílios referentes à assistência estudantil e são responsáveis pelos critérios de inclusão nos benefícios, indeferimento e permanência dos estudantes beneficiários das bolsas e auxílios fornecidos pelas instituições. Como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 1 — Pró-Reitorias específicas de assistência estudantil das universidades federais do nordeste – ano 2016.

Universidade	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
UFBA	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE)
UFMA	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES)
UFPB	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE)
UFPI	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC)

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Janeiro de 2017.

Como observamos no Quadro 2, o valor do benefício não varia muito entre as universidades nordestinas, embora o número de estudantes que recebem o auxílio

seja muito maior nas universidades de grande porte da região. Sendo a UFPB, a instituição com maior número de beneficiários entre as estudadas, com 1.201 discentes inclusos no auxílio, número vinte e duas vezes maior, do que os beneficiários da UFPI, que possui apenas 54 estudantes⁶.

As universidades da Bahia (UFBA) e a da Paraíba (UFPB) além do auxílio moradia, R\$ 400,00 e R\$330,00 respectivamente, ofertam incluso ao moradia o auxílio alimentação, no valor de R\$230,00 e R\$240,00, nesta devida ordem, e os estudantes possuem o direito de almoçar e jantar no RU dessas universidades gratuitamente. A UFPI, também garante aos estudantes com Auxílio Residência⁷, a isenção na taxa do Restaurante, embora não ofereça subsídio pecuniário cumulativo. A UFMA dentre as universidades analisadas, foi a única que não oferece gratuidade ou valor pecuniário junto ao moradia. Destas, a única que possui edital específico para o auxílio é a UFMA.

Quadro 2 — Distribuição do auxílio moradia das universidades federais da região nordeste, conforme edital, valor e número de discentes beneficiários.

Universidade	Edital específico	Valor do auxílio	Nº de discentes assistidos
UFBA	Não	R\$400,00	1.113
UFMA	Sim	R\$400,00	179
UFPB	Não	R\$330,00	1.201
UFPI	Não	R\$400,00	54

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

Com relação aos critérios estabelecidos pelas universidades para deferimento do benefício percebemos que há particularidades de cada instituição, embora existam critérios unânimes entre as universidades como: ser estudante de primeira graduação, estar regularmente matriculado na instituição, o que confere seu vínculo institucional, e pertencer a uma família pobre, estabelecida pelo Decreto PNAES/2010, que considera como famílias em situação de vulnerabilidade, aquelas que possuem renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, como podem ser observados no Quadro 3 em negrito.

⁶ O número de beneficiários foi calculado a partir de informações do Relatório de Gestão da UFPI 2015.

⁷ Nome do auxílio na UFPI.

As universidades do Piauí, Paraíba e Maranhão realizam inscrições *online* para os benefícios, sendo a UFBA a única dentre as analisadas que possui a seleção totalmente realizada de forma presencial, e a UFPB a única que realiza a inscrição exclusivamente *online*.

Quadro 3 — Critérios para concessão do auxílio moradia das Universidades Federais da região nordeste – ano base 2016.

Universidade	Critérios de Concessão
UFBA	<ul style="list-style-type: none"> • Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFBA; • Não ter concluído outro curso de graduação na UFBA ou em qualquer outra instituição. Exceto os egressos dos Bacharelados Interdisciplinares da UFBA que estejam cursando graduação via Processo Seletivo para ingresso nos cursos de Progressão Linear (CPL) de Estudantes Graduados em Bacharelado Interdisciplinar (BI) da UFBA; • Pertencer a família em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo e meio (1,5) mensal; • Não ter vínculo empregatício de qualquer natureza.
UFMA	<ul style="list-style-type: none"> • Estar regularmente matriculado em componente(s) curricular(es) de curso de graduação presencial da UFMA; • Não estar matriculado em outra instituição de ensino superior; • Estar em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica; • Preencher corretamente o Cadastro Único no SIGAA; • Comprovar renda familiar mensal bruta per capita de até um salário mínimo e meio vigente; • Não possuir parentes de primeiro grau residentes na cidade onde o Campus está instalado ou, na existência destes, informar, por meio de exposição de motivos, E/OU comprovar, por meio de documentos, que não possuem condições de garantir o seu acolhimento; • Não residir na cidade onde o campus está instalado; • Participar e ser aprovado em todas as fases do processo seletivo; • Atender a todas as convocações feitas pela PROAES durante o processo seletivo; • Ser oficialmente encaminhado ao auxílio através da assinatura do Termo de Compromisso.

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

Quadro 3 — Continuação

Universidade	Critérios de Concessão
UFPB	<ul style="list-style-type: none"> • Estar regularmente matriculado e cursando disciplinas nos cursos de graduação presencial no período letivo em vigência; • Estar cursando a primeira graduação; • Não estar matriculado na pós-graduação; • Comprovar vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar <i>per capita</i> bruta igual ou inferior a um e meio salário mínimo; • Estar regularmente matriculado em, no mínimo, 50% dos créditos exigidos pelo Curso no semestre letivo em vigência; • É vedada a inscrição para Auxílio Moradia aos estudantes que possuem núcleo familiar residindo em Bayeux, Cabedelo, Conde, Lucena, João Pessoa ou Santa Rita;
UFPI	<ul style="list-style-type: none"> • Estar devidamente matriculado em curso de graduação presencial e regular, em no mínimo 4 disciplinas e/ou carga horária semestral de 300hs; • Não possui curso de ensino superior; • Não cursar concomitantemente outro curso superior em instituição pública ou privada;

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

Com relação à manutenção do auxílio, as universidades estabelecem em edital os critérios para desligamento e/ou renovação semestral do benefício. Dentre elas, a UFBA e UFMA realizam renovação semestral do benefício, com apresentação de documentação específica de aluguel, no caso da UFMA o desempenho acadêmico também é observado para manutenção do auxílio pelo estudante.

A UFPB realiza recadastramento semestral dos estudantes beneficiários, no sistema digital da instituição, já a UFPI possui como uma das obrigadoriedades do discente comprovar semestralmente em período estabelecido pela universidade seu vínculo com a mesma.

Quadro 4 — Critérios para permanência do auxílio moradia das universidades federais do nordeste – ano base 2016.

Universidade	Critérios para Permanência no auxílio
UFBA	<ul style="list-style-type: none"> • Em cada início de semestre letivo, cada estudante contemplado com benefício deverá, através de requerimento próprio, renovar o direito ao benefício; • A PROAE, através de publicação de edital específico e amplamente divulgado, deverá definir o período para o encaminhamento de renovação.
UFMA	<ul style="list-style-type: none"> • O estudante interessado na manutenção do auxílio deverá solicitar a renovação, semestralmente, por meio do preenchimento de formulário específico; • Apresentar recibos de despesas com moradia pagas durante o semestre letivo que recebeu o auxílio moradia pecuniário. A não prestação de contas constituirá situação de inadimplência e acarretará impedimento da concessão de auxílios ou bolsas da assistência estudantil, até que seja regularizada a situação junto à PROAES, sem prejuízo das sanções legais e administrativas cabíveis; • A manutenção do auxílio está condicionada ao desempenho acadêmico satisfatório do estudante e à permanência da sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.
UFPB	<p>O recebimento dos auxílios será cancelado nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A pedido do estudante; • Quando concluir seu curso de graduação; • Por trancamento, abandono ou cancelamento de curso; • Por ausência de matrícula em disciplinas ou reprovação em todas as disciplinas; • CRA menor do que 5 (cinco); • Para estudantes que se inscreverem com CRA menor que 5 (cinco), quando transcorrido UM SEMESTRE, não atingirem o CRA maior ou igual 5 (cinco); • Quando não realizar o recadastramento instituído pela COAPE/PRAPE; • Ao serem constatadas alterações nas condições socioeconômicas, omissões, não veracidades ou fraude nas informações prestadas;
UFPI	<ul style="list-style-type: none"> • Para permanecer no benefício o estudante deverá cumprir obrigatoriamente com os critérios estabelecidos no Termo de Concordância mediante assinatura no ato do ingresso ao benefício; • Será obrigatória a comprovação do vínculo com a universidade, semestralmente, de acordo com prazos estabelecidos. O não cumprimento acarretará em suspensão ou cancelamento do benefício; • Serão desligados os estudantes que tiverem seu curso em situação de jubramento, trancamento, transferência para outra instituição ou por não atender os critérios estabelecidos pelo Setor Pedagógico.

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

Para estabelecer quais indicadores sociais são utilizados pelas instituições para homologação de seus pleitos ao auxílio moradia, foram consultados seus formulários socioeconômicos. Podemos observar no quadro abaixo, os indicadores sociais:

Quadro 5 — Indicadores sociais utilizados pelas IFES da região do nordeste para avaliação socioeconômica.

Universidade	Indicadores Sociais
UFBA	<ul style="list-style-type: none"> • Antecedentes escolares (ensino médio, pré-vestibular e superior); • Situação financeira do candidato; • Forma de ingresso (Cotas); • Situação socioeconômica familiar (Renda familiar e <i>per capita</i>); • Situação de moradia familiar (inclui esgotamento, abastecimento de água, coleta de lixo, dormitórios utilizados por mais de um membro do núcleo familiar); • Situação de moradia do discente (alugada, cedida, própria); • Despesas do núcleo familiar e discente; • Situação de deslocamento até a universidade (mobilidade urbana); • Bens familiares; • Condições de Saúde (inclui uso de SPA⁸ e acompanhamento psicológico e psiquiátrico pelo estudante ou membro do núcleo familiar); • Benefícios/Programas Sociais; • Acessibilidade/deficiência; • Previdência/Trabalho • Número de pessoas que moram na residência; • Pessoa de arrimo da família; • Escolaridade da pessoa de arrimo da família; • Autodeclarado branco, pardo, negro, amarelo ou indígena; • Número de filhos. • Composição Familiar.

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

⁸ Substância Psicoativa

Quadro 5 — Continuação

Universidade	Indicadores Sociais
<p style="text-align: center;">UFMA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Antecedentes escolares; • Situação financeira do candidato / Participação nos rendimentos familiares • PIS do estudante (se for o caso) • Forma de ingresso (Cotas); • Situação socioeconômica familiar (Renda familiar e <i>per capita</i>); • Situação de moradia familiar (inclui esgotamento, abastecimento de água, coleta de lixo, número de cômodos, zona rural ou urbana, cobertura da casa, piso, material da construção) • Situação de moradia do discente (alugada, cedida, própria); • Condições de Saúde (medicação controlada, gratuidade para adquirir medicação controlada, se possui tratamento pelo SUS); • Benefícios/Programas Sociais; • Acessibilidade/deficiência; • Previdência/Trabalho; • Número de pessoas que moram na residência; • Autodeclarado branco, pardo, negro, amarelo ou indígena; • Número de filhos. • Composição Familiar.
<p style="text-align: center;">UFPB</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Antecedentes escolares; • Forma de ingresso (Cotas); • Situação socioeconômica familiar (Renda familiar e <i>per capita</i>); • Situação de moradia familiar e do discente; • Situação de deslocamento até a universidade (mobilidade urbana); • Bens familiares; • Benefícios/Programas Sociais; • Acessibilidade/deficiência; • Previdência/Trabalho; • Número de pessoas que moram na residência; • Pessoa de arrimo da família; • Autodeclarado branco, pardo, negro, amarelo ou indígena; • Número de filhos; • Composição Familiar.
<p style="text-align: center;">UFPI</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Antecedentes escolares; • Situação financeira do candidato / Participação nos rendimentos familiares • Situação de moradia familiar e do discente; • Situação de deslocamento até a universidade (mobilidade urbana); • Bens familiares; • Previdência/Trabalho; • Condições de Saúde; • Composição Familiar.

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

Observamos no Quadro 5 que os indicadores sociais utilizados nas universidades não se diferem tanto, há um consenso entre alguns deles, para aferir a situação socioeconômica do núcleo familiar do discente. Podemos citar estes: antecedentes escolares, situação financeira do candidato e sua participação nos rendimentos familiares, forma de ingresso, este último inclui as cotas utilizadas pelas universidades, renda familiar (*per capita* e bruta), condições de saúde, tanto do estudante quando do núcleo familiar, situação de moradia (família e estudante), e a composição familiar.

Desta forma, podemos observar que as questões que permeiam as condições de vida dos discentes e de seu núcleo familiar se assemelham na região nordeste, embora alguns indicadores não sejam observados em todas as instituições pesquisadas, como por exemplo: o deslocamento até a universidade, os bens familiares, e as despesas do núcleo familiar.

Chamamos a atenção para os indicadores utilizados pela UFBA e UFMA, nas questões de moradia e saúde, que procuram abranger indicadores importantes para aferir uma situação de vulnerabilidade para além da renda *per capita*, permitindo a observação de condições fundamentais para o auxílio em questão, pois a estrutura física da moradia do discente pode impactar diretamente em seu rendimento escolar e em uma possível desistência do curso, bem como essas mesmas condições de estrutura podem contribuir ou não para o surgimento e o agravamento de doenças pré-existentes. No caso da UFBA, a preocupação em apreender informações como tratamento psicológico, psiquiátrico e uso de Substâncias Psicoativas (SPA), contribui também para o encaminhamento do discente para outros setores da universidade, bem como no caso da UFMA, que questiona sobre atendimento médico e medicação controlada.

Analisando as duas maiores universidades do nordeste, a UFBA utiliza-se de indicadores, que ainda não são utilizados na UFPB, como: situação financeira do candidato, despesas do núcleo familiar e discente, condições de saúde, previdência/trabalho, escolaridade da pessoa de arrimo da família, como pode ser observado abaixo em negrito:

Quadro 6 — Análise dos indicadores sociais das maiores universidades da região nordeste.

Universidade	Indicadores sociais
<p style="text-align: center;">UFBA</p>	<p>Antecedentes escolares (ensino médio, pré-vestibular e superior); Situação financeira do candidato; Forma de ingresso (Cotas); Situação socioeconômica familiar (Renda familiar e <i>per capita</i>); Situação de moradia familiar (inclui esgotamento, abastecimento de água, coleta de lixo, dormitórios utilizados por mais de um membro do núcleo familiar); Situação de moradia do discente (alugada, cedida, própria); Despesas do núcleo familiar e discente; Situação de deslocamento até a universidade (mobilidade urbana); Bens familiares; Condições de Saúde (inclui uso de SPA* e acompanhamento psicológico e psiquiátrico pelo estudante ou membro do núcleo familiar); Benefícios/Programas Sociais; Acessibilidade/deficiência; Previdência/Trabalho; Número de pessoas que moram na residência; Pessoa de arrimo da família; Escolaridade da pessoa de arrimo da família; Autodeclarado branco, pardo, negro, amarelo ou indígena; Número de filhos. Composição Familiar.</p>
<p style="text-align: center;">UFPB</p>	<p>Antecedentes escolares; Forma de ingresso (Cotas); Situação socioeconômica familiar (Renda familiar e <i>per capita</i>); Situação de moradia familiar e do discente; Situação de deslocamento até a universidade (mobilidade urbana); Bens familiares; Benefícios/Programas Sociais; Acessibilidade/deficiência; Previdência/Trabalho; Número de pessoas que moram na residência; Pessoa de arrimo da família; Autodeclarado branco, pardo, negro, amarelo ou indígena; Número de filhos; Composição Familiar.</p>

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

Já entre as duas universidades de menor porte da região, as disparidades entre os indicadores sociais são maiores, como pode ser observado em negrito:

Quadro 7 — Análise dos indicadores sociais entre das menores universidades da região nordeste.

Universidade	Indicadores Sociais
UFMA	Antecedentes escolares (ensino médio, pré-vestibular e superior); Situação financeira do candidato / Participação nos rendimentos familiares PIS do estudante (se for o caso) Forma de ingresso (Cotas); Situação socioeconômica familiar (Renda familiar e <i>per capita</i>); Situação de moradia familiar (inclui esgotamento, abastecimento de água, coleta de lixo, número de cômodos, zona rural ou urbana, cobertura da casa, piso, material da construção) Situação de moradia do discente (alugada, cedida, própria); Condições de Saúde (medicação controlada, gratuidade para adquirir medicação controlada, se possui tratamento pelo SUS); Benefícios/Programas Sociais; Acessibilidade/deficiência; Previdência/Trabalho; Número de pessoas que moram na residência; Autodeclarado branco, pardo, negro, amarelo ou indígena; Número de filhos. Composição Familiar.
UFPI	Antecedentes escolares; Situação financeira do candidato / Participação nos rendimentos familiares Situação de moradia familiar; Situação de deslocamento até a universidade (mobilidade urbana); Bens familiares; Previdência/Trabalho; Condições de Saúde; Composição Familiar.

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

Em se tratando da maior universidade dentre as pesquisadas, a UFBA, e a com menor porte, a UFMA, os indicadores sociais utilizados para aferir a situação socioeconômica do estudante, são muito parecidos como podemos observar no Quadro 8, em negrito. Dentre as universidades pesquisadas, a UFBA e a UFMA são as instituições com maior compatibilidade de indicadores sociais, o que pode indicar também que são estados com condições de vida extremamente semelhantes.

Quadro 8 — Análise dos indicadores sociais da maior e menor universidades federais da região nordeste.

Universidade	Indicadores Sociais
UFBA	<p>Antecedentes escolares (ensino médio, pré-vestibular e superior); Situação financeira do candidato; Forma de ingresso (Cotas); Situação socioeconômica familiar (Renda familiar e <i>per capita</i>); Situação de moradia familiar (inclui esgotamento, abastecimento de água, coleta de lixo, dormitórios utilizados por mais de um membro do núcleo familiar); Situação de moradia do discente (alugada, cedida, própria); Despesas do núcleo familiar e discente; Situação de deslocamento até a universidade (mobilidade urbana); Bens familiares; Condições de Saúde (inclui uso de SPA* e acompanhamento psicológico e psiquiátrico pelo estudante ou membro do núcleo familiar); Benefícios/Programas Sociais; Acessibilidade/deficiência; Previdência/Trabalho; Número de pessoas que moram na residência; Pessoa de arrimo da família; Escolaridade da pessoa de arrimo da família; Autodeclarado branco, pardo, negro, amarelo ou indígena; Número de filhos. Composição Familiar.</p>
UFMA	<p>Antecedentes escolares (ensino médio, pré-vestibular e superior); Situação financeira do candidato / Participação nos rendimentos familiares PIS do estudante (se for o caso) Forma de ingresso (Cotas); Situação socioeconômica familiar (Renda familiar e <i>per capita</i>); Situação de moradia familiar (inclui esgotamento, abastecimento de água, coleta de lixo, número de cômodos, zona rural ou urbana, cobertura da casa, piso, material da construção) Situação de moradia do discente (alugada, cedida, própria); Condições de Saúde (medicação controlada, gratuidade para adquirir medicação controlada, se possui tratamento pelo SUS); Benefícios/Programas Sociais; Acessibilidade/deficiência; Previdência/Trabalho; Número de pessoas que moram na residência; Autodeclarado branco, pardo, negro, amarelo ou indígena; Número de filhos; Composição Familiar.</p>

FONTE: Mapeamento realizado nos sítios eletrônicos das IFES, em Fevereiro de 2017.

Sendo assim, observamos, que apesar das semelhanças entre as condições de vida da região nordeste, e do público que acessa o auxílio moradia das

universidades, existem particularidades em cada estado, como pôde ser observado ao longo deste estudo, que conseqüentemente são expressas nos formulários socioeconômicos e na forma como as universidades lidam com o acesso, permanência e cumulativo do subsídio, possibilitando a análise individualizada em cada instituição.

Essas particularidades estaduais e municipais são na nossa percepção o principal motivo para a busca de indicadores próprios e adaptação de critérios e instrumental dentro das IFES, para a realização de estudos socioeconômicos e pareceres com maior comprometimento à situação de vulnerabilidade do estudante, que busca na universidade a permanência e continuidade dos estudos. Os indicadores sociais também são e devem ser utilizados para avaliar e monitorar tanto o Programa PNAES, quanto cada ação estabelecida pela Lei, viabilizando a melhoria das ações e a ampliação do número de discentes que podem ser atendidos.

Já o auxílio moradia como ação de permanência, dentro da mobilidade universitária, onde jovens migram de seus estados para cursar o ensino superior longe de sua cidade de origem, tem desempenhado papel fundamental na assistência, visto que a moradia é uma das condições substanciais para que os discentes possam concluir seus cursos.

Em virtude dos fatos mencionados, compreendemos o estudo e apropriação dos indicadores sociais como crucial para o aprimoramento das ações e desenvolvimento de avaliações periódicas, tanto por parte dos profissionais envolvidos nos processos seletivos, quanto pelo público alvo dessas ações, que são os discentes beneficiários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no país se consolidou por meio de uma elite privilegiada, enquanto uma parcela da população brasileira não possuía acesso ao ensino superior, por vezes, não tinham acesso nem a educação básica, poucos eram aqueles que conseguiam completar seus estudos, e assim chegar ao ensino superior. Embora nos anos atuais a educação alcançasse avanços comparados há décadas atrás, o caráter elitista ainda persiste em muitos cursos, e nada mais é do que a propagação dessa lógica que existe em outros espaços sociais. A política de educação está atualmente atrelada à lógica mercantilista, de modo que se tende a favorecer, tanto o acesso à universidade, quanto aos interesses do mercado, com Programas como o PROUNI ou o FIES, que mesmo proporcionando o acesso ao ensino superior, beneficiam instituições privadas e seus interesses.

Assim como a educação, a assistência também foi instituída em meio a um sistema educacional favorável às camadas mais ricas da sociedade, sendo somente a partir da década de 30, desenvolvidas ações voltadas aos estudantes com baixa renda, embora o foco da assistência estudantil durante essa primeira fase da assistência (1930-1970), não tenha sido o ensino superior. Apenas a partir da década de 80, que o debate sobre a permanência dos estudantes universitários é fomentado, nesta década foram criadas as duas entidades com maior enfoque neste debate, o FONAPRACE e a ANDIFES.

O movimento estudantil, principalmente o movimento negro tiveram também um papel fundamental na luta e conquista dos direitos a acesso e permanência no ensino superior brasileiro, foi a partir das pautas levantadas por essas frentes que tanto o governo, quanto a sociedade civil começaram a pensar a permanência destes discentes de forma diferenciada.

Com as novas formas de acesso ao ensino superior, a questão de moradia nos dias atuais se mostra ainda mais fundamental, do que já foi nas primeiras décadas da construção histórica da assistência no país. Atualmente há um grande fluxo de estudantes que migram de outros estados para concluir seus estudos, assim estes encontram condições de vida distintas daquelas que viviam em seus estados.

Para tanto as universidades se utilizam de indicadores sociais para aferir a situação de vulnerabilidade do núcleo familiar, e assim classificar os estudantes para o acesso às bolsas e auxílios destinados à assistência estudantil, embora não haja grandes disparidades entre os indicadores sociais utilizados pelas universidades que foram estudadas neste trabalho, provavelmente por estarem fixadas na mesma região. No entanto, podem ser observadas algumas particularidades entre estas instituições, pois ainda que estejam localizadas numa mesma região, as condições de vida tendem a se desenvolver de forma distinta em cada estado e/ou município.

Assim, compreendemos que é necessária a escolha de indicadores socioeconômicos que estejam relacionados à realidade de cada estado e/ou município, para que o programa moradia das universidades de fato atenda ao seu público alvo, que pode variar também conforme cada instituição, que deve sempre averiguar qual seu público alvo, bem como quais as atuais condições de vida da região em que ela está instalada.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (Org.). **Quem Somos**. 2009.

Associação Brasileira de Educação. Disponível em:

<<http://www.abe1924.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 09 out. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR; FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIL. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Brasileiras 2014**. Uberlândia: Andifes, 2016. 274 p. Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Pesquisa-perfil-discente_ANDIFES.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. João Pessoa – PB, 2009. Disponível em:

<http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7212?locale=pt_BR#preview-link0>

Acessado em: 08 mar. 2017.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: DE 16 DE JULHO DE 1934. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 31 ago. 201

_____. Constituição (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: DE 18 DE SETEMBRO DE 1946. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. Decreto nº 53, de 18 de novembro de 1966. **Decreto-lei Nº 53**: DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966. Brasília, DF, Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10053.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939. **Decreto-lei Nº 1.063**: DE 20 DE JANEIRO DE 1939. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1063-20-janeiro-1939-349215-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Decreto Nº 6.096**: DE 24 DE ABRIL DE 2007. Brasília, DF, Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. Decreto nº 7.234, de 24 de abril de 2010. **Decreto Nº 7.234**: DE 19 DE JULHO DE 2010. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 14 set. 2016.

_____. Decreto nº 8.659, de 05 de abril de 1911. **Decreto Nº 8.659**: de 5 de Abril de 1911. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. **Decreto Nº 19.402**: de 14 de Novembro de 1930. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. **Decreto Nº 19.850**: de 11 de Abril de 1931a. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Decreto Nº 19.851**: DE 11 DE ABRIL DE 1931b. Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. **Emenda Constitucional Nº 64**: DE 4 DE FEVEREIRO DE 2010. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Lei nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910. **Lei N 2.356**: DE 31 DE DEZEMBRO DE 1910. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/L2356.htm>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei Nº 4.024**: DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Brasília, DF, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 out. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Nº 9.394**: DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 out. 2016.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Lei nº 10.172**: DE 9 DE JANEIRO DE 2001a. Brasília, DF, PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Lei nº 10.260**: DE 12 DE JULHO DE 2001b. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Lei Nº 11.096**: DE 13 DE JANEIRO DE 2005. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 14 dez. 2016.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2017. **Lei Nº 12.711**: DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 01 mar. 2017.

_____. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Lei Nº 12.852**: DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. Ofício nº 2, de 11 de maio de 2016. **Ofício-circular Nº 2/2016/dipes/sesu/sesu-mec**. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2016/05/Ofício-Circular-nº2-2016-DIPES-SESU-SEST-MEC.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. Resolução nº 13, de 09 de maio de 2013. **Resolução Nº 13**: DE 09 DE MAIO DE 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13103-resol-13-fnde-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 mar. 2017.

BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. **195 anos de ensino médico na Bahia**. Salvador, 2003. Disponível em: <http://www.medicina.ufba.br/historia_med/hist_med_art11.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016. Conferência proferida em 18 de fevereiro, no Anfiteatro Alfredo Britto, Faculdade de Medicina da Bahia.

CABRAL, Dilma. **Escola de Cirurgia da Bahia**. 2011. MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2656>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, Paraná, v. 85, n. 29, p.201-214, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00201.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

COELHO, Mônica Josiane. **A Política de Assistência Estudantil e a Contrarreforma Universitária**: estudo sobre o Programa de Moradia Universitária na Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza – CE, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7513>> Acessado em: 08 nov. 2016.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior**: uma análise das políticas de Assistência Estudantil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL**, IX., 2009, Florianópolis, 2009. p. 01 - 13.

CUNHA, L A. C. R.. Ensino superior e universidade no Brasil. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho; Cynthia Greive Veiga. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.

_____. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação e Sociedade**, v. 28, p. 809-829, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0928100.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A DESOFICIALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL: A REFORMA RIVADÁVIA. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p.717-738, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108>>. Acesso em 03 mar. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p.17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7609>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 17, p.163-180, maio 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/101/111>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

FÁVERO, E.T.O. Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social. São Paulo: Cortez, p. 9-47, 2004).

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS (Org.). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: Conferência de Jomtien – 1990). 1990. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.html>. Acesso em: 03 mar. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 1989.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. ACESSO DE NEGROS ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p.247-268, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (Org.). **Evolução do Ensino Superior: Graduação 1980 - 1998**. Brasília: MEC, 2000. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Org.). **O que é? - Índice de Gini**. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 02 mar. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 2, n. 56, p.137-160, jun. 2005.

_____. **Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, fonte de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2006. 141 p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (Org.). **INDICADORES PARA DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DO SUAS E DO BSM**. Rio Grande do Sul: CEGOV, 2014. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Org.). **ENEM**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=310>. Acesso em: 01 mar. 2017.

_____. **Expansão.** Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. 2010. Disponível em:
<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. **Plano Decenal de Educação para Todos:** 1993-2003. Brasília: MEC/UNESCO, 1993. Ministério da Educação.

_____. **O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: RAZÕES, PRINCÍPIOS E PROGRAMAS.** Brasília. 2007.

_____. **UMA NOVA POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA:** Comissão Nacional da Reformulação da Educação Superior Brasileira. Brasília. 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009. 108 p.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a Presença de Francisco Campos. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 73, n. 17-4, p.291-321, maio 1992. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1257>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS (Org.). **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009. p. 668-699.

PAURA, Simone Giglio. **O Serviço Social na educação superior.** Coletânea nova de Serviço Social. 2ª Ed.2014.

PINTO, José Marcelino de Rezende. FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM BALANÇO DO GOVERNO FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 80, n. 23, p.108-135, set. 2002. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/es/v23n80/12927.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

SANTOS, Kátia Silva. **POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: TECENDO FIOS**. 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0271.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

SANTOS, Josiane Soares et al. Page 1 239 “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL: O NORDESTE E A ATUALIDADE DA QUESTÃO REGIONAL. **Temporalis**, Brasília, v. 24, n. 12, p.239-261, jul. 2012. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017138.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SAVIANI, Dermeval. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. **Poíesis Pedagógica**, Goiás, p.4-17, dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Política Social, Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <[77](http://pos.ucpel.edu.br/dissertacoes-ppgps/?action=download&file=L01lc3RyYWVRvLzlwMTIvTUissUFNlInJTFZFSVJBX0EgQXNzaXN0w6puY2lhIEVzdHVkYW50aWwgbm8gRW5zaW5vIFN1cGVyaW9yIOKAkyB1bWEgYSBuw6FsaXNIIHNvYnJlIGFzIHBvbMOtdGJjYXMGZGUgcGVybWFWuw6puY2lhIGRhcyB1bml2ZXJzaWRhZGVzIGZIZGVyYWlzIGJyYXNpbGVpcmFzLnBkZg==>. Acesso em: 01 set. 2016.</p></div><div data-bbox=)

SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**. Porto Alegre: IESALC - UNESCO, 2002. 336 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA (Org.). **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira: Dados do IRPF 2015/2014**. Brasil: Pe, 2016. 19 p. Secretaria de Política Econômica. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/distribuicao-renda-e-riqueza/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

TEIXEIRA, Anísio; RAMOS, Jairo; CARDOSO, Fernando Henrique. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Anhemi**, São Paulo, v. 11, n. 128, p.259-267, jul. 1961. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA; PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (Org.). **EDITAL Nº 12 /2016: INSCRIÇÃO E SELEÇÃO PARA BENEFÍCIOS DA PROAE**. 2016. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital_12-2016.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____. **UFBA em números: Ano Base 2015**. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/UFBA_em_NUMEROS_2016.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO; PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (Org.). **CADASTRO SOCIOECONÔMICO PARA SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portaUFMA/arquivo/NLbQwrYAc9FcQuG.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

_____. **EDITAL PROAES Nº 13 /201 6:** EDITAL PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO MORADIA ESTUDANTIL, NA MODALIDADE DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, NO SEMESTRE LETIVO DE 2016.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO; PRÓ - REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em:
<<http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/2RulmtuL4XQ5dlf.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____. **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2015.** 2016.Universidade Federal do Maranhão. Disponível em:
<<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/UuzZzr7AY17w0q3.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA; PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO AO ESTUDANTE (Org.). **EDITAL Nº 01/2017:** COAPE/PRAPE/UFPB. Universidade Federal Paraíba. Disponível em:
<<http://www.ufpb.br/prape/contents/processo-seletivo/auxilios-estudantis/edital-01-2017-coape-prape-ufpb-auxilios-estudantis-campi-i-e-iv.pdf/view>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E QUESTIONÁRIO SOCIOCULTURAL.** Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:
<<http://www.ufpb.br/prape/contents/formularios/formulario-de-inscricao-a-beneficios-2015.pdf/view>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (Org.). **Relatório de Gestão 2015.** 2016. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:
<<http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-ufpb-2015.pdf/view>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ; PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (Org.). **CADASTRO SÓCIO-ECONÔMICO**. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/formularios>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

_____. **EDITAL Nº 01/2016**: EDITAL DE SELEÇÃO DE ESTUDANTES PARA BENEFÍCIOS PRAEC. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://www.ufpi.br/images/Digitalizar_2016_03_29_07_54_22_240.compressed.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.

_____. **RELATÓRIO DE GESTÃO**: ANO 2015. Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <[http://www.ufpi.br/images/arquivos_download/PRAEC/RELATÓRIO DE GESTÃO PRAEC 2015 FINALIZADO.pdf](http://www.ufpi.br/images/arquivos_download/PRAEC/RELATÓRIO_DE_GESTÃO_PRAEC_2015_FINALIZADO.pdf)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

VASCONCELOS, Natalia Batista. PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL AO LONGO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p.399-411, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

ANEXO A – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO UFBA

FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO – ANEXO 2				
I – IDENTIFICAÇÃO				
Nome:				Gênero:
Nome Social:				<input type="checkbox"/> F
RG	CPF	DATA DE NASCIMENTO	Cidade/Estado	
				<input type="checkbox"/> Zona Urbana
ESTADO CIVIL: <input type="checkbox"/> SOLTEIRO(A) <input type="checkbox"/> CASADO(A) <input type="checkbox"/> SEPARADO(A)/ DIVORCIADO(A) <input type="checkbox"/> VIÚVO(A) <input type="checkbox"/> UNIÃO ESTÁVEL			Número de Filhos:	Outros Dependentes:
Curso	Semestre	Matrícula SGC	Telefone	Celular
VOCÊ FEZ OPÇÃO PELA RESERVA DE VAGAS DO SISTEMA DE COTAS DA UFBA? Sim, Qual? () A () AM () B () BM () D ()				
RAÇA/COR/ETNIA: () BRANCA () PRETA () PARDA () AMARELA () INDÍGENA				
ENDEREÇO COMPLETO:				BAIRRO
CEP	CIDADE DE MORADIA ATUAL:	EMAILS		
Nome do Pai:				<input type="checkbox"/> Vi
Profissão:		Local de Trabalho:		Escolaridade:
<input type="checkbox"/> Assalariado		<input type="checkbox"/> Proprietário de peq. empresa		<input type="checkbox"/> Aposentado
<input type="checkbox"/> Pensionista		<input type="checkbox"/> Dono de peq. propriedade rural: _____ Hectares		<input type="checkbox"/> Serv
<input type="checkbox"/> Empregado de propriedade rural de outro			<input type="checkbox"/> Desempregado	
<input type="checkbox"/> Sem registro na carteira/Mercado informal. Especifique: _____				
<input type="checkbox"/> Autônomo. Especifique: _____			<input type="checkbox"/> Outro. Especifique: _____	
Renda Mensal: _____				
Endereço Completo do Pai: <input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural				
Rua: _____				
CEP	CIDADE		Telefone	
Estado Civil do Pai: <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> O		Tipo de Residência: <input type="checkbox"/> Casa <input type="checkbox"/> Sítio <input type="checkbox"/> Apartamento		Situação do Imóvel <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiado: _____ <input type="checkbox"/> Alugado: _____
Nome da Mãe:				<input type="checkbox"/> Vi
Profissão:		Local de Trabalho:		Escolaridade:
<input type="checkbox"/> Assalariada		<input type="checkbox"/> Proprietária de peq. empresa		<input type="checkbox"/> Aposentada
<input type="checkbox"/> Pensionista		<input type="checkbox"/> Dona de peq. propriedade rural: _____ Hectares		<input type="checkbox"/> Serv
<input type="checkbox"/> Empregada de propriedade rural de outro			<input type="checkbox"/> Desempregada	
<input type="checkbox"/> Sem registro na carteira/Mercado informal. Especifique: _____				
Renda Mensal: _____				
Endereço Completo do Pai: <input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural				
Rua: _____				
CEP	CIDADE		Telefone	

Estado Civil do Pai: <input type="checkbox"/> S <input type="checkbox"/> C <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> V <input type="checkbox"/> O	Tipo de Residência: <input type="checkbox"/> Casa <input type="checkbox"/> Sítio <input type="checkbox"/> Apartamento	Situação do Imóvel <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Financiado: <input type="checkbox"/> Cedido
NOME DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO (A) DO CANDIDATO (A): _____ <input type="checkbox"/> VIVO <input type="checkbox"/> FALECIDO		
PROFISSÃO _____ LOCAL DE TRABALHO _____ RENDA MENSAL _____		
<input type="checkbox"/> ASSALARIADO(A) <input type="checkbox"/> EMPREGADOR(A) <input type="checkbox"/> APOSENTADO(A) <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO(A) <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO(A) <input type="checkbox"/> PENSIONISTA		
II – DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS E FINANCEIROS DO (A) CANDIDATO (A)		
ENSINO MÉDIO <input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/> PÚBLICO <input type="checkbox"/> PÚBLICO- PARTICULAR		CURSO PRÉ- <input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/> BOLSA
FREQUENTA OUTRO CURSO SUPERIOR? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM Qual? _____		CONCLUIU ALGUM CURSO SUPERIOR? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, QUAL? _____
ONDE? _____ Caso seja em universidade privada, é estudante bolsista? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, ESPECIFIQUE _____		ONDE? _____
ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS DO (A) CANDIDATO (A)		
<input type="checkbox"/> TRABALHO COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO RENDA MENSAL _____ FONTE PAGADORA _____		
<input type="checkbox"/> TRABALHO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO RENDA MENSAL _____ FONTE PAGADORA _____		
<input type="checkbox"/> BOLSA <input type="checkbox"/> ESTÁGIO <input type="checkbox"/> MESADA <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE: _____		
MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELO (A) CANDIDATO (A) PARA CHEGAR A UNIVERSIDADE		
<input type="checkbox"/> A PÉ/ DE CARONA/ DE BICICLETA <input type="checkbox"/> ÔNIBUS <input type="checkbox"/> TRANSPORTE PRÓPRIO (CARRO, MOTO, ETC)		
<input type="checkbox"/> TRANSPORTE LOCADO (PREFEITURA E/ OU ESCOLAR) <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____		
EM MÉDIA, QUANTAS REFEIÇÕES DIÁRIAS VOCÊ FAZ? _____		VOCÊ POSSUI ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA? <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, Qual? _____
QUAL SUA SITUAÇÃO ATUAL DE MORADIA?		
<input type="checkbox"/> COM O PAI, COM A MÃE OU AMBOS <input type="checkbox"/> COM CÔNJUGE <input type="checkbox"/> CASA DE FAMILIARES		
<input type="checkbox"/> PENSÃO/ PENSIONATO <input type="checkbox"/> MORADIA MANTIDA PELA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> CASA DE AMIGOS		
<input type="checkbox"/> MORADIA PERTENCENTE E/OU MANTIDA PELO MUNICÍPIO DE ORIGEM		
<input type="checkbox"/> OUTRAS MORADIAS COLETIVAS (RELIGIOSAS, ALBERGUES PÚBLICOS, ABRIGOS)		
<input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE: _____		
SEU MUNICÍPIO OFERECE ALGUM TIPO DE MORADIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM SALVADOR?		
<input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM, QUAL? _____		
III - DA		
Quem é o(a) principal mantenedor(a) de sua família (a pessoa que mais contribui com a renda para a subsistência familiar)?		
<input type="checkbox"/> VOCÊ MESMO(A) <input type="checkbox"/> CÔNJUGE <input type="checkbox"/> PAI <input type="checkbox"/> MÃE <input type="checkbox"/> IRMÃO/ IRMÃ		
<input type="checkbox"/> PADRASTO <input type="checkbox"/> MADRASTA <input type="checkbox"/> AVÔ/ AVÓ <input type="checkbox"/> OUTRA PESSOA, ESPECIFIQUE: _____		
QUANTAS PESSOAS, INCLUINDO VOCÊ, VIVEM DA RENDA MENSAL DE SUA FAMÍLIA?		
EXISTE ALGUÉM DA FAMÍLIA EM REGIME RECLUSÃO? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
CASO SUA FAMÍLIA SEJA ATENDIDA POR UM OU MAIS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, ASSINALE ABAIXO:		
<input type="checkbox"/> BOLSA FAMÍLIA <input type="checkbox"/> BPC – BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA <input type="checkbox"/> OUTROS, ESPECIFIQUE _____		
POSSUI DIAGNÓSTICO DE DOENÇA NA FAMÍLIA: <input type="checkbox"/> NÃO		
<input type="checkbox"/> ESTUDANTE <input type="checkbox"/> FAMILIAR, GRAU DE PARENTESCO? _____		

TEVE OU TEM PROBLEMA COM O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: NÃO SIM

ESTUDANTE FAMILIAR, GRAU DE PARENTESCO? _____

TEVE OU TEM ALGUM TRANSTORNO MENTAL (ex. depressão, crise de ansiedade, esquizofrenia, etc.): NÃO SIM

ESTUDANTE FAMILIAR, GRAU DE PARENTESCO? _____

TEVE OU TEM ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO OU PSIQUIÁTRICO: NÃO SIM

ESTUDANTE FAMILIAR, GRAU DE PARENTESCO? _____

Informe os bens de propriedade da família (imóveis, veículos – especifique ano e modelo, propriedades rurais – especifique extensão em hectares, etc)

IV - CONDIÇÕES DE MORADIA DA FAMÍLIA

SUA FAMÍLIA MORA NUM IMÓVEL:

PRÓPRIO CEDIDO FINANCIADO R\$ _____ ALUGADO R\$ _____

INFORME SOBRE A MORADIA DE SUA FAMÍLIA:

1) QUAL A DISTÂNCIA ENTRE A MORADIA DE SUA FAMÍLIA E SUA UNIVERSIDADE?

ATÉ 10 KM 11 A 50 KM 51 A 100 KM 101 A 150 KM

201 A 250 KM 251 A 300 KM 301 A 500 KM ACIMA DE 500 KM

2) TEM ENERGIA ELÉTRICA? SIM NÃO

3) COMO OCORRE O ABASTECIMENTO DE ÁGUA?

POÇO OU NASCENTE EMPRESA DE TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

OUTROS, ESPECIFIQUE _____

4) TEM SANITÁRIO? SIM NÃO

5) TEM ESGOTAMENTO SANITÁRIO (O ESGOTO DO DOMICÍLIO É LIGADO À REDE COLETORA E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE UMA EMPRESA ESGOTAMENTO)? SIM NÃO

EM CASO NEGATIVO, INFORME PARA ONDE É DIRECIONADO O ESGOTO:

FOSSA RIO/ LAGO/ MAR VALA OUTROS, ESPECIFIQUE _____

6) TEM COLETA DE LIXO? SIM NÃO

EM CASO NEGATIVO, INFORME COMO É DESCARTADO O LIXO:

QUEIMADO ENTERRADO JOGADO EM TERRENO BALDIO OUTROS, ESPECIFIQUE: _____

7) HÁ DORMITÓRIOS UTILIZADOS POR MAIS DE DOIS MORADORES? SIM NÃO

V - DESPESAS DO CANDIDATO E DA FAMÍLIA

DESPESA	VALOR MENSAL	
	CANDIDATO	FAMÍLIA
ÁGUA		
ENERGIA ELÉTRICA		
TEFONE FIXO		
TELEFONE CELULAR		
INTERNET		
ALUGUEL/FINANCIAMENTO		
IPTU		
CONDOMÍNIO		

IX -									
NOME COMPLETO	IDADE	PARENTESCO	ESTADO CIVIL	TRABALHA?	TEM CARTEIRA DE TRABALHO E PREV. ASSINADA?	RENDA MENSAL	É PESSOA COM DEFICIÊNCIA?	E	
								É estudante?	Nível
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()Não ()SIM, Qual?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()Não ()SIM, Qual?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()Não ()SIM, Qual?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()Não ()SIM, Qual?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()Não ()SIM, Qual?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()Não ()SIM, Qual?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO
				()SIM ()NÃO	()SIM ()NÃO		()Não ()SIM, Qual?	()SIM ()NÃO	()NÃO ALFABETIZADO ()FUNDAMENTAL ()ENSINO MÉDIO

OBS.: Se necessário, solicite folha complementar.

ANEXO B – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO UFMA

CADASTRO SOCIOECONÔMICO PARA SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

DADOS DO(A) ESTUDANTE

Nome: _____

Curso: _____

Matrícula nº: _____

Campus: _____

Ano de ingresso: _____ Período: _____

Turno: () Matutino () Vespertino () Noturno () Integral

Endereço atual completo: _____

Ponto de referência: _____

Naturalidade: _____

Data de nascimento: _____

Estado civil:

() Solteiro(a) () Casado(a) () União Estável () Divorciado(a) () Viúvo(a)

Sexo: () Masculino () Feminino

Telefones para contato: _____

E-mail: _____

Dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Operação: _____

Conta Corrente/Poupança: _____

Endereço de origem:

Rua/Avenida: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____

País: _____

Telefones para contato: _____

1. Como você se autodeclara?

() Branco(a) () Preto(a) () Pardo(a) () Indígena () Amarelo(a)

2. Caso possua, insira o número do seu PIS (Programa de Integração Social)/ PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

3. Você é pessoa com deficiência? Em caso afirmativo, será necessário apresentar declaração do Núcleo de Acessibilidade/UFMA durante o período de entrega de documentação para comprovar, caso o Histórico Escolar /UFMA não especifique essa informação.

() Sim

() Não

4. Em caso afirmativo, especifique a deficiência:

- Deficiência física
- Deficiência visual
- Deficiência mental
- Deficiência auditiva
- Deficiência múltipla

5. Você possui diagnóstico de doença grave, crônica e/ou degenerativa?

- Sim
- Não

6. Caso possua diagnóstico de doença grave, crônica e/ou degenerativa, especifique:

7. Você faz uso de medicação continuada/controlada?

- Sim
- Não

8. Em caso afirmativo, os medicamentos de uso continuado/controlado de que você faz uso são fornecidos gratuitamente pelo Poder Público?

- Sim
- Não

9. No caso de os medicamentos não serem fornecidos pelo poder público, especifique a medicação e o valor:

10. Você vivencia alguma das situações mencionadas abaixo em seu grupo familiar?

- Alcoolismo
- Drogadição
- Abandono familiar
- Violência
- Outra situação
- Não vivencio nenhuma situação de risco social

11. Se outra situação, especifique:

12. Em se tratando de atendimento de saúde, a qual serviço você recorre?

- Sistema Único de Saúde – SUS
- Disponho de plano de saúde familiar/individual
- Disponho de plano de saúde de empresa/de grupo
- Serviços particulares

13. Se candidato(a) à Bolsa Permanência/UFMA (modalidade administrativa), qual o turno disponível para desenvolver as atividades?

- Matutino
- Vespertino
- Noturno

14. Quais os seus conhecimentos de informática?

- Edição de texto (Word)
- Planilha eletrônica (Excel)
- Banco de dados (Access)
- Apresentação de slides (Power Point)
- Internet
- Digitação

Não possuo conhecimento de informática

15. Você possui conhecimentos de língua estrangeira

- Sim, em língua inglesa
- Sim, em língua espanhola
- Sim, em língua italiana
- Sim, língua alemã
- Sim, em outra língua estrangeira
- Não possuo conhecimento de língua estrangeira

16. Especifique qual a outra língua estrangeira:

17. Em qual situação de moradia você se encontra?

- Moradia própria quitada
- Moradia própria financiada
- Moradia alugada
- Moradia cedida
- Moradia de outros familiares/parentes
- Moradia de/com amigos
- Moradia coletiva: hotel/hospedaria/pensionato/república

18. Indique suas despesas com aluguel/prestação de financiamento, consumo de água, energia, etc.:

19. Com quem você mora atualmente?

- | | |
|-------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Sozinho(a) | <input type="checkbox"/> Pai |
| <input type="checkbox"/> Mãe | <input type="checkbox"/> Esposa/Marido/Companheiro(a) |
| <input type="checkbox"/> Irmãos(ãs) | <input type="checkbox"/> Outros Parentes |
| <input type="checkbox"/> Filhos(as) | <input type="checkbox"/> Amigos(as) ou colegas |

20. Você tem filhos(as)?

- Sim
- Não

21. Em caso afirmativo, quantos filhos(as)? _____

22. Qual é a sua participação na vida econômica de sua família?

- Não trabalho e meus gastos são custeados pelos meus pais.
- Não trabalho e meu sustento provém do meu pai ou da minha mãe.
- Não trabalho e meus gastos são custeados por familiares.
- Não trabalho e meus gastos são custeados por meu marido, companheiro/por minha esposa, companheira.
- Trabalho e sou independente financeiramente.
- Trabalho, mas não sou independente financeiramente.
- Trabalho e sou responsável pelo sustento da minha família.

23. Em relação ao exercício de atividades remuneradas:

- Não exerço nenhuma atividade remunerada
- Sou bolsista (ensino, pesquisa, extensão, etc.)
- Sou estagiário(a)
- Sou trabalhador(a) autônomo(a)
- Sou trabalhador(a) informal

- Sou trabalhador(a) formal com Carteira de Trabalho assinada
- Sou servidor(a)/empregado(a) público(a)

24. Qual a sua renda mensal individual?

- Nenhuma
- Inferior a R\$ 200,00
- Entre R\$ 201,00 e R\$ 400,00
- Entre R\$ 401,00 e R\$ 600,00
- Entre R\$ 601,00 e R\$ 800,00
- Entre R\$ 801,00 e R\$ 1.000,00
- Entre R\$ 1.001,00 e R\$ 1.320,00
- Superior a R\$ 1.320,00

25. Caso você receba acima de um salário mínimo e meio, especifique o valor (R\$):

26. Onde você cursou o ensino médio?

Observação: NÃO são consideradas instituições da rede pública de ensino: as escolas do Sistema S (Senai, Sesi, Senac, entre outras, escolas conveniadas, comunitárias, filantrópicas ou ainda as mantidas por fundações ou instituições similares (nos moldes da Fundação Bradesco), mesmo que mantenham educação gratuita.

- Todo em escola pública
- Parcialmente em escola pública
- Todo em escola privada, com bolsa integral
- Todo em escola privada, com bolsa parcial
- Todo em escola privada, sem bolsa

27. Qual a categoria de ingresso no seu atual curso de graduação na UFMA?

- Ampla concorrência
- Pessoa com deficiência
- Escola pública e renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo
- Escola pública, autodeclarado(a) preto(a) ou pardo(a) e renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo
- Escola pública, autodeclarado(a) indígena e renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo
- Escola pública, autodeclarado(a) preto(a) ou pardo(a), independente de renda
- Escola pública, autodeclarado(a) indígena, independente de renda
- Escola pública, independente de renda

28. Você está inserido(a) em em alguma atividade remunerada na UFMA?

- Não participo de atividade remunerada na UFMA
- Ensino (Monitoria, PET)
- Pesquisa (PIBIC, PIBID, PIBITI, PET)
- Extensão
- Outra atividade

29. Se outra atividade, especificar:

30. Caso esteja inserido em alguma atividade remunerada na UFMA, responda o local onde realiza, o turno, a carga horária e o valor recebido.

31. Você está inserido (a) em algum auxílio de assistência estudantil na UFMA?

- Não estou inserido em auxílio de assistência estudantil
- Bolsa Permanência/MEC
- Bolsa Permanência/UFMA

- Auxílio Moradia Estudantil/Residência Universitária
- Auxílio Moradia Estudantil/Prestação Pecuniária
- Auxílio Alimentação /Restaurante Universitário
- Auxílio Alimentação/Prestação Pecuniária
- Auxílio Transporte
- Promisões
- Bolsa Foco Acadêmico

32. Quantas pessoas, incluindo você, compõem o seu grupo familiar de referência? (Contar todos os membros da família que contribuem com a renda familiar assim como os que dela dependem).

- 1 2 3 4 5
- 6 7 8 9 Mais de 9

33. Informe a RENDA BRUTA MENSAL PER CAPITA de seu grupo familiar de referência.

OBSERVAÇÃO: a renda bruta familiar é o somatório dos rendimentos de todas as pessoas, incluindo o(a) estudante, que residem na mesma moradia, ou que mesmo não residindo na mesma moradia, contribuem ou dependem da renda familiar. O valor total dos rendimentos deve ser dividido pelo número de integrantes da família para o cálculo da renda bruta per capita. Por exemplo: uma renda bruta familiar no valor total de R\$ 880,00 mensais dividida para 04 pessoas resultará em renda bruta per capita igual a R\$ 220,00 mensais.

- Nenhuma
- Inferior a R\$ 200,00
- Entre R\$ 201,00 e R\$ 400,00
- Entre R\$ 401,00 e R\$ 600,00
- Entre R\$ 601,00 e R\$ 800,00
- Entre R\$ 801,00 e R\$ 1.000,00
- Entre R\$ 1.001,00 e R\$ 1.320,00
- Superior a R\$ 1.320,00

34. Informe seu grupo familiar de referência, incluindo você. Inserir na tabela todos os membros da família que contribuam com a renda familiar assim como os que dela dependem.

NOME	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO/O CUPAÇÃO	RENDA MENSAL BRUTA

35. Informe o estado civil de seus pais:

- Casados/União Estável

- Separados/Divorciados
- Pai e/ou Mãe falecidos
- Pai e/ou Mãe desconhecidos
- Não sei informar

36. A casa na qual seu grupo familiar reside é:

- Própria financiada
- Própria quitada
- Emprestada/cedida
- Alugada

37. Em qual zona o seu grupo familiar reside?:

- Zona urbana
- Zona rural

38. Qual o tipo de material de construção da residência de seu grupo familiar?

- Taipa Palafita Madeira Alvenaria

39. Qual a infraestrutura que a residência de seu grupo familiar possui?

- Rede de esgoto Fossa Energia elétrica
- Água encanada Banheiro Chuveiro

40. Qual o material da cobertura da residência de seu grupo familiar?

- Laje Telha Palha Madeira Outro: _____

41. Qual o piso da residência de seu grupo familiar?

- Barro Cimento Piso/Lajota Porcelanato Outro: _____

42. Qual a quantidade de cômodos da residência de seu grupo familiar?

- De 1 a 3 De 4 a 6 De 7 a 10 Mais do que 10

43. Qual o destino do lixo doméstico da residência de seu grupo familiar?

- Coleta convencional
- Coleta seletiva
- Lixo queimado
- Lixo enterrado
- Lixo jogado em terreno baldio

44. Qual a MÉDIA DE CONSUMO de energia elétrica da casa de seu grupo familiar de referência? (Dividir a média de consumo pelo número de pessoas do grupo familiar).

- De 0 a 50 kwh De 101 a 200 kwh Superior a 301 kwh
- De 51 a 100 kwh De 201 a 300 kwh

45. Existe no grupo familiar acima declarado algum membro beneficiário de programas sociais (Benefício de Prestação Continuada - BPC - e/ou Programa Bolsa Família)?

- Sim
- Não

46. Existe algum familiar diagnosticado com deficiência ou com doença grave, crônica e/ou degenerativa que realize tratamento sistemático e que faça uso contínuo de medicamentos?

- Sim
- Não

47. Qual o parentesco que esse familiar tem como você?

48. Qual a deficiência e/ou a doença do familiar e quais os medicamentos que ele(a) faz uso?

49. Indique três pessoas maiores de 18 anos que possam dar informações sobre você e sua família:

NOME	GRAU DE PARENTESCO	CONTATO TELEFÔNICO

50. Utilize esse espaço para esclarecer alguma particularidade pessoal ou familiar que não foi contemplada neste cadastro e que você considera importante para a análise da sua solicitação (Preenchimento não obrigatório)

51. Justifique as razões que o(a) levam a solicitar assistência estudantil.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

É de total responsabilidade do(a) estudante o preenchimento correto e completo do Cadastro Socioeconômico.

Declaro-me ciente que o preenchimento Cadastro Socioeconômico não implica o deferimento pela equipe da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil de qualquer auxílio ou bolsa solicitado(a).

Declaro que as informações prestadas nesse Cadastro Socioeconômico são verdadeiras, assim como assumo total responsabilidade sobre os dados constantes e sobre a veracidade dos documentos comprobatórios entregues à PROAES, sob pena de perder o direito ao benefício e de punição conforme o artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Autorizo a equipe técnica de assistência estudantil a solicitar outros documentos e realizar visitas domiciliares e/ou entrevistas.

_____, _____ de _____ de 201____.

Assinatura do(a) Estudante

ANEXO C – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO UFPI

CADASTRO SÓCIO-ECONÔMICO

N.º DO PRONTUÁRIO

1. INFORMAÇÕES SOBRE O CANDIDATO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME _____

CURSO _____ N.º DE MATRÍCULA _____

HORÁRIO DE AULA: () MANHÃ () TARDE () NOITE

DATA DE NASCIMENTO _____ SEXO: () MASC. () FEM.

ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO () CASADO () VIÚVO () OUTRO

N.º DE IDENTIDADE / ÓRGÃO EXPEDIDOR _____

ENDEREÇO _____

(Av., Rua, n.º, apt.º.)

BAIRRO _____ CIDADE _____ ESTADO _____

CEP _____ TELEFONE RESIDENCIAL/ RECADADO _____

ANTECEDENTES ESCOLARES

- CURSOU O 2º GRAU EM COLÉGIO:
- () PÚBLICO

- PARTICULAR COM BOLSA SEM BOLSA
 NOS DOIS COM BOLSA SEM BOLSA

BENEFÍCIO QUE DESEJA SOLICITAR

- BOLSA ISENÇÃO DA TAXA DE ALIMENTAÇÃO APEC
 RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA AR
 BOLSA DE APOIO ESTUDANTIL AUXÍLIO CRECHE

SE É CANDIDATO A BOLSA DE APOIO ESTUDANTIL, INFORME:

1- FOI BOLSISTA ANTERIORMENTE? SIM NÃO

EM QUE SETOR? _____

2- TURNO LIVRE _____

3- SUAS HABILITAÇÕES EXTRA CURRICULARES

- LÍNGUA ESTRANGEIRA DIGITAÇÃO
 MICROCOMPUTAÇÃO PRÁTICA DE LABORATÓRIO
 OUTRAS ESPECIFIQUE _____

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO CANDIDATO

FONTES DE RENDIMENTOS (CITAR VALOR MENSAL)

- VENCIMENTOS
 BOLSA DE APOIO ESTUDANTIL R\$ _____ ESTÁGIO R\$ _____
 INICIAÇÃO CIENTÍFICA R\$ _____
 MONITORIA R\$ _____ PLANTÕES R\$ _____
 AULAS PARTICULARES R\$ _____ MESADA R\$ _____
 RENDA EXTRA TIPO _____ R\$ _____
 OUTRAS ESPECIFIQUE _____

R\$ _____

SE ASSINALOU VENCIMENTOS, INFORME:

LOCAL DE TRABALHO _____

CARGO _____ RENDIMENTO MENSAL R\$ _____

HORÁRIO DE TRABALHO _____

PARTICIPAÇÃO DO CANDIDATO NA VIDA ECONÔMICA DA FAMÍLIA

NÃO TRABALHA, É SUSTENTADO PELA FAMÍLIA OU OUTRAS PESSOAS

TRABALHA, MAS É SUSTENTADO PARCIALMENTE PELA FAMÍLIA OU OUTROS

TRABALHA E É O ÚNICO RESPONSÁVEL PELO PRÓPRIO SUSTENTO

TRABALHA E CONTRIBUI PARCIALMENTE PARA O SUSTENTO DA FAMÍLIA

TRABALHA E É O PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA

MORADIA DO ESTUDANTE

– **COMO RESIDE O ESTUDANTE?**

CASA OU APARTAMENTO DA FAMÍLIA

QUARTO ALUGADO

COM PARENTES – QUAIS _____

PENSÃO

APARTAMENTO COM AMIGOS OU COLEGAS

MORADIA ESTUDANTIL

PENSIONATO

DE FAVOR – COM QUEM? _____

IMÓVEL CEDIDO – POR QUEM? _____

OUTRA – ESPECIFIQUE _____

INFORME SUA DESPESA MENSAL COM MORADIA R\$ _____

A) TRANSPORTE

- QUAL O MEIO DE TRANSPORTE QUE O ESTUDANTE UTILIZA EM SUA ROTINA DIÁRIA?

- VEÍCULO PRÓPRIO
 VEÍCULO DA FAMÍLIA
 VEÍCULO CEDIDO POR TERCEIRO. QUEM?
 TRANSPORTE COLETIVO

2 – INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA DO CANDIDATO (Para ser preenchido pelo estudante solteiro ou casado dependente dos pais)

NOME DO PAI _____

PROFISSÃO _____ RENDA MENSAL R\$ _____

SE APOSENTADO, QUAL A PROFISSÃO ANTERIOR? _____

NOME DA MÃE _____

PROFISSÃO _____ RENDA MENSAL R\$ _____

SE APOSENTADO, QUAL A PROFISSÃO ANTERIOR? _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL _____

CIDADE _____ ESTADO _____ TELEFONE _____

PAI

RESIDE COM A FAMÍLIA SEPARADO FALECIDO

MÃE:

RESIDE COM A FAMÍLIA SEPARADA FALECIDA

SE OS PAIS SÃO SEPARADOS, INDIQUE A CONDIÇÃO DE SEPARAÇÃO

LEGALIZADA NÃO LEGALIZADA

VALOR DA PENSÃO ALIMENTÍCIA OU AJUDA R\$ _____

SE O SEU NÚCLEO FAMILIAR É DIFERENTE DESTES, INFORME:

RESPONSÁVEL PELA SUA MANUTENÇÃO _____

GRAU DE PARENTESCO _____

PROFISSÃO _____ RENDA MENSAL R\$ _____

SE APOSENTADO(A), QUAL A PROFISSÃO ANTERIOR? _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL _____

CIDADE _____ ESTADO _____ TELEFONE _____

A) MORADIA (Imóvel onde reside a família)

IMÓVEL PRÓPRIO QUITADO

IMÓVEL EM AQUISIÇÃO – VALOR DA PRESTAÇÃO R\$ _____

IMÓVEL ALUGADO – VALOR DO ALUGUEL R\$ _____

IMÓVEL CEDIDO. POR QUEM? _____

IMÓVEL ADQUIRIDO POR INVASÃO

B) SITUAÇÃO ECONÔMICA (Bens que a família possui)

CASA OU APARTAMENTO

SÍTIO/CHÁRACA/FAZENDO

TERRENO

TELEFONE

VEÍCULO

PONTO COMERCIAL

CASA OU APARTAMENTO ALÉM DO QUE RESIDE

OUTRO ESPECIFIQUE: _____

C) CONDIÇÕES DE SAÚDE (Há na família alguém portador de doença crônica?)

SIM – GRAU DE PARENTESCO _____

3. COMPOSIÇÃO FAMILAR

NOME (somente 1º nome)	GRAU DE PARENTESCO COM O ESTUDANTE	CIDADE ONDE RESIDE	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	RENDA MENSAL (Para quem trabalha)	GRAU DE INSTRUÇÃO	SE ESTUDA	
								Escola Pública	Escolar Particular

OBS: ACRESCENTE AS INFORMAÇÕES QUE JULGAR NECESSÁRIO, REFERENTES A ESTE QUADRO

TERESINA, _____ DE _____ DE 20 ____

Assinatura do aluno

OBSERVAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL:

ANEXO D – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO UFPB

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO E QUESTIONÁRIO SOCIOCULTURAL

I - Indicar benefício(s) solicitado(s):

- Residência Universitária Auxílio Moradia
 Restaurante Universitário Auxílio Transporte
 Auxílio Alimentação Auxílio Creche **II – IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE - Campus: Fera: Veterano**

Nome Completo: _____

Sexo: _____ Data do nascimento: _____ Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____ Cor: _____

F M

CPF: _____ RG: _____ Órgão Expedidor: _____

Cidade de Procedência: _____ Estado: _____

Endereço atual: Rua/Av. _____ Nº _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade _____ Estado: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Email: _____

Curso: _____ Matrícula: _____ Período Atual: _____ Turno: _____

Possui alguma deficiência? Sim Não Especifique qual a deficiência: _____

III – DADOS ESCOLARES

Concluiu o ensino médio:

- Escola Pública
 Escola particular - Bolsista na condição de vulnerabilidade socioeconômica: Sim Não
 Parte em escola pública/parte em escola particular
 Concluiu outro curso superior Qual: _____

Forma de Ingresso na UFPB

- Vestibular/PSS
 ENEM/SISU Com Sistema de Cotas Sim Não
 Reopção de Curso
 Processo de Transferência Voluntária

IV – SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA FAMILIAR

Renda Familiar Total: R\$ _____ Renda Per Capita: R\$ _____

Renda Pessoal:

A) Trabalha: Sim Não

Local de trabalho: _____

Função: _____

Salário mensal: R\$ _____

B) Recebe alguma ajuda financeira para se manter nesta cidade: Sim Não

De quem: _____ Valor: R\$ _____

C) Participa da economia familiar: Sim – Valor: R\$ _____ Não

D) Tem outra fonte de renda: Sim Não

Qual: _____ Valor: R\$ _____

E) É bolsista/estagiário: Sim Não

Local/Projeto: _____ Valor da bolsa: R\$ _____

F) É beneficiário(a) do Programa Bolsa Permanência: Sim Não

V – SITUAÇÃO ATUAL DE MORADIA DO ESTUDANTE

- família parentes amigos pensionato sozinho
 divide aluguel com outros estudantes: valor R\$ _____ outros –
especificar: _____

VI - DESPESAS MENSAIS COM TRANSPORTE (trajetos: residência – universidade – residência)

- à pé, bicicleta
- transporte coletivo
- transporte alternativo (van, ônibus)
- carro/moto próprio
- carona Valor mensal gasto com transporte: R\$ _____

VII - RECURSOS FAMILIARES

- carro terreno telefone moto casa outros – especificar: _____

VIII – COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR E SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

NOME	PARENTESCO	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	RENDA

TOTAL

IX – BENEFÍCIOS/PROGRAMAS SOCIAIS

- Sua família ou você recebem algum benefício social do Governo – Qual: _____ Valor: R\$ _____

X– SITUAÇÃO HABITACIONAL DA FAMÍLIA

- casa própria
- casa alugada – Valor do aluguel R\$ _____ (Apresentar recibo)
- casa financiada – Valor da mensalidade R\$ _____ (Apresentar recibo)
- casa cedida

XI – QUESTIONÁRIO SOCIOCULTURAL

1- Apresenta condições de mobilidade restrita ou outra restrição de acessibilidade?

- Sim Especificar: _____
- Não

2- Qual a situação conjugal de seus pais?

- Casados e vivem juntos
- Separados não judicialmente
- Separados judicialmente
- União Estável
- Separados constituindo outra família
- Outra Especificar: _____

3- Quantas pessoas moram na sua residência familiar?

- Moro sozinho
- Duas pessoas
- Três pessoas
- Quatro pessoas
- Mais de quatro pessoas Especificar: _____

4- Na sua família, quem mais contribui para a renda familiar?

- Eu

- Meu (minha) cônjuge ou companheiro(a)
- Meu pai
- Minha mãe
- Meus pais igualmente
- Outra pessoa Especificar: _____

5- Qual o número de pessoas que contribuem para renda familiar?

- Uma pessoa
- Duas pessoas
- Três pessoas
- Mais de três pessoas Especificar: _____

6- Quem será(ão) o(a) os(as) principais responsáveis por sua manutenção financeira na universidade?

- Você mesmo(a)
- Companheiro(a)/cônjuge
- Seus pais
- Somente sua mãe
- Somente seu pai
- Outra pessoa Especificar: _____

7- como você se considera/declara?

- Branco
- Pardo
- Preto
- Amarelo
- Indígena

8- Você tem filhos?

- Não
- Sim. Tenho um filho
- Sim. Tenho dois filhos
- Sim. Tenho três ou mais filhos.

9- Se você tem filhos, quantos filhos até 5 anos de idade (na data deste preenchimento)?

- Nenhum filho com até 5 anos
- Um filho com até 5 anos
- Dois filhos com até 5 anos cada um
- Quatro ou mais filhos com idade até cinco anos cada um
- Não tenho nenhum filho

10- Você é portador de algum tipo de necessidade especial?

- Não
- Auditiva
- Surdez
- Cegueira
- Baixa visão
- Surdocegueira
- Física
- Múltipla
- Outras Especificar: _____

11- Qual a sua principal fonte de lazer?

- Televisão
- Livros
- Internet
- Esportes/atividade física
- Saída com amigos
- Atividades religiosas
- Atividades artístico-culturais (teatro, cinema, concertos, espetáculos)

12- Você pratica algum tipo de atividade física ou esportiva?

- Não
- Sim, regularmente
- Sim, esporadicamente

XII – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1 – Fico ciente que o preenchimento deste cadastro, não significa deferimento de qualquer benefício.

2 – Estou ciente e de acordo ainda, com as condições estabelecidas neste Edital.

3 – Assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e declaro estar ciente das penalidades cabíveis prevista no Artigo 299 do Código penal, o qual prevê que é crime: “omitir, em documento público ou partícula, declarações que dela deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.

4 – Declaro que as cópias dos documentos, anexadas a este edital, conferem integralmente com o original, sob minha responsabilidade pessoal e que as informações prestadas são completas e verdadeiras, estando ciente de que a inveracidade e/ou omissão das mesmas, acarretará na suspensão da Assistência Estudantil, independente da época em que forem constatadas.

_____, ____ de _____ de _____
(cidade) (dia) (mês) (ano)

Assinatura do estudante

ATENÇÃO: Preencha o formulário e anexe toda a documentação comprobatória solicitada em edital, para que não haja prejuízo na avaliação do(s) benefício(s) solicitado(s).